

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

ONOFRE ALVES PORTELLA JUNIOR

Pensamento cepalino e análises marxistas latino-americanas

VERSÃO REVISADA

São Paulo

2022

Onofre Alves Portella Junior

Pensamento cepalino e análises marxistas latino-americanas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM – USP) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e Estado

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Cacciamali

São Paulo

2022

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE

Termo de ciência e concordância

Nome do Aluno: Onofre Alves Portella Junior

Data da Defesa: 09 de setembro de 2022

Nome do Orientador: Maria Cristina Cacciamali

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO, elaborado em atenção às sugestões dos membros da Comissão Julgadora na seção de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 16 de novembro de 2022.



Prof.ª Drª Maria Cristina Caccia

PORTELLA JUNIOR, O. A. **Pensamento cepalino e análises marxistas latino-americanas**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2022.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedicatória

A Mirtes.

Aos meus filhos e netos.

Aos meus pais (*in memoriam*).

Com todo o amor

Agradecimentos

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram com esse trabalho.

Ao PROLAM, seus professores e colegas e, muito especialmente, a minha orientadora, Professora Maria Cristina Cacciamali, por todo apoio.

A banca de qualificação e defesa, pelas importantíssimas contribuições.

La interpretación de nuestra realidad con esquemas ajenos sólo contribuye a hacernos cada vez más desconocidos, cada vez menos libres, cada vez más solitarios. (MÁRQUEZ, 1982, p. 10)

Gabriel García Márquez (1927-2014) ao receber o Prêmio Nobel de Literatura de 1982.

Resumo

PORTELLA JUNIOR, O. A. **Pensamento cepalino e análises marxistas latino-americanas**. 2022. 101 páginas. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2022.

Esta tese é referente à relação aventada entre o pensamento elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), desenvolvido primordialmente na década de 1950, e a renovação do pensamento marxista, observada nos anos 1960 e 1970. O trabalho foi organizado em quatro capítulos, além da introdução e conclusões, que percorrem os temas pertinentes à investigação, adotando-se uma perspectiva de construção histórica dos eventos: o marxismo na América Latina (origens da teoria da revolução por etapas e recepção), a análise e propostas da CEPAL, pensamento marxista na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 e comparação entre o pensamento cepalino e o pensamento marxista renovado. Metodologicamente, a contraposição entre as duas orientações de análise foi feita a partir de um conjunto significativo de obras de cada corrente de pensamento, buscando-se correspondências entre elas. Para além das similitudes no campo das análises estritamente econômicas, as conclusões indicam uma contribuição - ampla e difusa - na construção da identidade latino-americana.

Palavras-chave: *América Latina; CEPAL; marxismo; desenvolvimento; desenvolvimentismo.*

Abstract

PORTELLA JUNIOR, O. A. **Thought by ECLAC and the marxist analysis in Latin America.** 2022. 101 pages. Thesis (Ph.D.) – Postgraduate Program for Latin American Integration. University of São Paulo: São Paulo, 2022.

This thesis refers to the virtual relationship between the thought structured by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), developed primarily during the decade of the 1950's, and the renovation of the Marxist thought, observed in the 1960's and 1970's. The work was organized into four chapters, in addition to the introduction and conclusions, which cover the topics relevant to the investigation, and it adopts a perspective of historical construction of events: Marxism in Latin America (its reception and origins of the “two-stage theory”), ECLAC's analysis and proposals, Marxist thought in Latin America in the 1960's and 1970's, and the comparison between ECLAC's thought and the renewed Marxist thought. Methodologically, the contraposition between the two sets of analysis was constructed based on a significant array of works pertaining to each of the currents of thought, seeking correspondences between them. Apart from the similarities in the field of strictly economic analyses, the conclusions indicate a contribution - broad and diffuse – to the construction of the Latin American identity.

Keywords: *Latin America; ECLAC; Marxism; Development; Developmentalism*

Resumen

PORTELLA JUNIOR, O. A. **El pensamiento de la CEPAL y los análisis marxistas latinoamericanos**. 2022. 101 páginas, Tesis (Doctorado) – Programa de Posgrado en Integración latinoamericana. Universidad de São Paulo: São Paulo, 2022.

Esta tesis se refiere a la relación sugerida entre el pensamiento elaborado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), desarrollado principalmente en la década de 1950, y la renovación del pensamiento marxista, observada en las décadas de 1960 y 1970. El trabajo se organizó en cuatro capítulos, además de la introducción y las conclusiones, que abarcan los temas relevantes para la investigación, adoptando una perspectiva de construcción histórica de los eventos: el marxismo en América Latina (orígenes de la teoría de dos etapas y recepción), el análisis y las propuestas de la CEPAL, el pensamiento marxista en América Latina en las décadas de 1960 y 1970 y la comparación entre el pensamiento cepalino y el pensamiento marxista renovado. Metodológicamente, el contraste entre las dos orientaciones de análisis se realizó a partir de un conjunto significativo de obras de cada corriente de pensamiento, buscando correspondencias entre ellas. Más allá de las similitudes en el campo de los análisis estrictamente económicos, las conclusiones señalan un aporte - amplio y difuso - en la construcción de la identidad latinoamericana.

Palabras clave: *América Latina; CEPAL; marxismo; desarrollo; desarrollismo.*

Lista de Quadros

Componentes do pensamento cepalino	57
Pensamento cepalino e marxismo renovado	94

Lista de Siglas

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CESO: Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile

COMINTERN: III Internacional Comunista

ENECE: Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa

ESCAP: Comissão Econômica das Nações Unidas para Ásia e Pacífico

IC: Internacional Comunista

NEP: Nova Política Econômica.

OLAS: Organização Latino-americana de Solidariedade

ONU: Organização das Nações Unidas

PC: Partido Comunista

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

POSDR: Partido Operário Social-Democrata Russo

TMD: Teoria Marxista da Dependência

UNAM: Universidade Nacional Autônoma do México

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 O marxismo na América Latina	20
1.1 O etapismo	20
1.2 Recepção	42
Capítulo 2 A comissão econômica para a América Latina (CEPAL)	49
Capítulo 3 A análise marxista latino-americana nas décadas de 1960/70	67
Capítulo 4 CEPAL e análises marxistas	80
Conclusões	95
Referências	98

Introdução

Parcela prevalente do pensamento marxista na América Latina, caracterizou-se, entre meados dos anos 1930 e meados dos anos 1960, pelo alinhamento às análises e ações que emanavam da orientação da III Internacional Comunista¹ (IC) para as economias periféricas, qual seja, àquela que compreendia a estrutura produtiva da região como pré-capitalista, ou semifeudal, e, assim, propunha, como etapa anterior e absolutamente fundamental à revolução de caráter socialista, uma transformação de natureza liberal-burguesa. Evidentemente, outras interpretações existiam no campo do pensamento marxista, mas a da “revolução por etapas” era, à época, hegemônica.

Este entendimento relativo às condicionantes da revolução socialista na América Latina, derivado de importantes proposições da teoria marxista, recebe, particularmente a partir dos anos 1960, profundas críticas, que serão sistematizadas ao longo da própria década de 1960 e, principalmente, na década seguinte.

Em 1948, é criada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com o objetivo de estudar os determinantes da condição de atraso da região e as alternativas para a superação dessa situação.

O pensamento elaborado pela CEPAL, em seu conjunto, incorpora e organiza categorias de análise de forma rigorosa e original, criando, assim, uma compreensão coesa e inovadora sobre o processo de transformação das economias latino-americanas.

O subdesenvolvimento da região é reconhecido pela CEPAL como um fenômeno específico que, dessa forma, exigiria um esforço teórico autônomo

¹ III Internacional, ou Internacional Comunista, foi fundada por Lenin em 1919 e dissolvida em 1943.

para sua compreensão; este é um elemento fundamental no diagnóstico realizado pela CEPAL. De acordo com Rodriguez (1981, p. 21)

As contribuições da CEPAL não negam a existência de condições de atraso de diversos tipos nas sociedades de menor desenvolvimento, mas não associam a sua problemática a um mero estado de atraso. Elas a enfocam num elevado grau de abstração. Fundamentalmente, examinam as transformações que ocorrem na estrutura da produção material durante o processo de industrialização das economias definidas como periféricas. As contribuições cepalinas conseguem sistematizar as características da estrutura produtiva da periferia, estabelecem os requisitos para uma transformação bem proporcionada da mesma, oferecem uma réplica dos desajustes e incongruências que surgem espontaneamente entre seus diversos setores e ramos de atividade e descrevem como a sua transformação é condicionada e influenciada pelas relações comerciais com o centro.

Assim, a condição das economias latino-americanas não decorria de um “mero estado de atraso”, referenciado nas fases observadas nas economias centrais, mas caracterizava-se como uma formação – e determinação - histórica. O conceito “centro-periferia”, que, considerando a divisão internacional do trabalho, implicaria, em última análise, na formação de um fluxo negativo de valor entre os países periféricos – retardatários – e os países centrais – desenvolvidos -, é de importância central para o diagnóstico realizado pela CEPAL, do qual deriva a proposição de substituição das importações e as, conseqüentes, políticas de indução, ou aceleração, do processo de industrialização.

A compreensão cepalina sobre a economia latino-americana, além de incorporar, de sua perspectiva, uma atualização da condição da América Latina frente à evolução do próprio modo de produção capitalista, representa uma conjugação, e equilíbrio, entre a produção de conhecimento e sua implementação. Como observa Adolfo Gurrieri (2011, p. 11), referindo-se ao trabalho de Raúl Prebisch:

Preferimos a expressão programa, pois a proposta de Prebisch, além de impulsionar o conhecimento científico, proporcionou a criação e a consolidação de instituições que permitiram o crescimento e a difusão de suas ideias, desempenhando o papel

de aríetes que derrubam muralhas para conhecer e transformar a realidade.

A análise cepalina, pelas suas características, estabeleceu uma ampla área de contato com as análises de cunho liberal e com as análises de cunho marxista; a primeira, com um caráter de confronto e, a segunda, com um caráter de mutualidade.

Este diálogo e relação de reciprocidade entre a análise cepalina e a marxista, ocorrida, fundamentalmente, nas décadas de 1960 e 1970, é, justamente, o objeto de estudo deste trabalho; particularmente, a contribuição dessa proximidade na diversificação da compreensão teórica marxista sobre a economia latino-americana.

Diversos autores observam um movimento de renovação do pensamento marxista a partir desse contato. Fernando Novais (1986, p.24) atribui um importante papel, determinante mesmo, das formulações cepalinas frente ao processo de renovação do pensamento marxista na América Latina:

Parece claro que, nos últimos anos, na América Latina, vem ocorrendo um florescimento de um marxismo mais criativo e crítico em contraposição ao esquematismo e dogmatismo tradicionais. Penso, assim, que uma futura história do marxismo na América Latina vai apontar essas duas fases bem como o diálogo com a chamada “economia cepalina” como ponto de renovação. A discussão e crítica das formulações da CEPAL parece ter levado a uma revitalização do marxismo, passando-se de uma concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada. Nesse sentido, poder-se-ia sugerir que o “pensamento cepalino” situa-se frente ao marxismo latino-americano como, *mutatis mutantis*, a economia política clássica estava para a gênese do marxismo.

Outro autor que considera essa relação, é José Luis Fiori; no capítulo “As trajetórias intelectuais do debate sobre o desenvolvimento na América Latina”, do livro “Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano”, organizado por Carlos Antônio Brandão, Fiori chama a atenção para o fato de o estruturalismo cepalino ter sempre estabelecido um diálogo construtivo com outras correntes de pensamento social e econômico; diz Fiori (2018, p.31):

Nos anos 1960, o estruturalismo viveu seu momento de maior proximidade e diálogo com algumas vertentes inovadoras do pensamento marxista latino-americano. Como se sabe, antes disso, com a ressalva de algumas contribuições individuais e excepcionais, como foi o caso de Mariategui, Haya de la Torre e Caio Prado Junior, o pensamento marxista ficou prisioneiro das posições oficiais dos partidos comunistas latino-americanos.

Outra referência à essa relação, mesmo que às avessas e restrita somente ao Brasil, é dada por Emir Sader, na Introdução ao livro de Perry Anderson “Considerações sobre o marxismo ocidental/ Nas trilhas do materialismo histórico”. Partindo do conceito de marxismo ocidental, desenvolvido por Perry Anderson, Emir Sader (2019, p. 12), observa:

A economia sofreu sob a influência da aliança entre o PCB e o nacionalismo, que havia adotado como sua orientação as teses cepalinas – de que Celso Furtado é a mais criativa expressão entre nós, acompanhado de Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa, entre outros. Era como se o marxismo entregasse a tarefa de analisar a evolução do capitalismo brasileiro aos keynesianos, livrando-se assim da responsabilidade de dar conta do processo de acumulação e das relações entre a economia brasileira e o capitalismo mundial a partir de seus próprios fundamentos.

Na direção da relação aventada, pode-se caracterizar, e delimitar, o movimento de revitalização do marxismo na América Latina como o conjunto de análises e os respectivos planos de ação política que, objetivando uma transformação de caráter socialista, distancia-se da interpretação e da prática hegemônica que, como visto, entendia como fundamental a etapa liberal-burguesa. Temporalmente, esse movimento ocorre, fundamentalmente, a partir das décadas de 1960 e 1970. A proposição fundamental deste trabalho foi, assim, a de investigar a causalidade da relação entre as análises empreendidas pela CEPAL, delimitando-se aquelas dos anos 1950 e 1960, e este movimento de revitalização do pensamento marxista na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970.

Esta relação de causalidade, não terá, mesmo que considerada aprioristicamente, caráter exclusivo, já que outros importantes eventos concorrem, de forma evidente, para essa dinâmica renovadora.

Fundamental para a evolução do movimento comunista internacional foi a realização, em fevereiro de 1956, do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em que, o então secretário geral do partido, Nikita Khrushchov, fez as denúncias sobre o período stalinista². Este evento implicou, principalmente na década seguinte, em uma série de cisões e dissidências no movimento comunista internacional.

Hobsbawm (2002, p.226), assim se refere à importância do XX Congresso do PCUS:

Existem dois “dez dias que abalaram o mundo” na história do movimento revolucionário do século passado: os da Revolução de Outubro, descritos no livro de John Reed com esse título, e o XX Congresso do Partido Comunista Soviético (14-25 de fevereiro de 1956). Ambos a dividem repentina e irrevogavelmente em “antes” e “depois”. Não posso imaginar nenhum acontecimento comparável na história de qualquer movimento ideológico ou político importante. Em poucas palavras, a Revolução de Outubro criou um movimento comunista internacional; o XX Congresso o destruiu.

A Revolução Cubana, de 1959, é também evento de forte influência junto à esquerda latino-americana. Além de se contrapor à compreensão teórica da revolução por etapas, apresenta novas e contundentes alternativas de ação e luta políticas.

Outra percepção sobre esse processo de renovação do pensamento marxista, e do papel desempenhado pelo XX Congresso e pela Revolução Cubana, é dada por José Paulo Netto (2012, p.11):

O “marxismo-leninismo” de raiz stalinista é implodido na América Latina entre a segunda metade dos anos 50 e inícios dos 1960, tendo por deflagradores o XX Congresso do PCUS e a Revolução Cubana. Estes dois eventos, porém, foram apenas detonadores: a crise (pode-se dizer: a implosão) do marxismo-leninismo stalinizado no subcontinente não foi um processo engendrado por condicionantes externas; estas tão somente permitiram e fomentaram a sua deflagração. Nele, essenciais foram as determinações endógenas: entre outras as

² Josef Stalin (1878 – 1953) foi secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) de abril de 1922 até sua morte, em março de 1953.

modificações nas estruturas produtivas, as novas inserções na divisão internacional do trabalho, as alterações nas estruturas de classe e as reconfigurações dos aparatos políticos e ideológicos das classes dominantes.

Assim, para este autor, a revitalização do pensamento marxista se deve a própria transformação da estrutura do modo de produção capitalista, com os eventos citados funcionando como catalizadores desse processo.

O trabalho foi organizado a partir de uma perspectiva de construção histórica dos eventos. O capítulo 1 trata do “Marxismo na América Latina”; a primeira parte deste capítulo é dedicada à gênese e desenvolvimento do marxismo e, particularmente, à vinculação da via “revolução por etapas” aos pressupostos da teoria marxista relativos ao conceito de modo de produção e de sua dinâmica intrínseca na superação do capitalismo. O objetivo é não só estabelecer teoricamente essa vinculação, mas situar historicamente a discussão relativa à adoção de determinadas orientações política-revolucionárias decorrentes desse entendimento teórico. A Revolução Russa protagoniza esse debate. A segunda parte do capítulo é dedicada à recepção do marxismo na América Latina, abrangendo desde a passagem do século XIX ao século XX, até, aproximadamente, a década de 1950.

No capítulo 2, a CEPAL é apresentada tanto com relação à sua criação e periodização, como quanto aos elementos constituintes de suas análises e diagnósticos. A produção cepalina é contextualizada junto ao próprio progresso da teoria econômica; momento da delimitação da área que ficaria conhecida como economia do desenvolvimento.

Cumpridas essas duas partes referenciais – o marxismo e a CEPAL - o capítulo 3 é dedicado, justamente, ao exame do momento de renovação das análises marxistas, ocorrido nas décadas de 1960 e 1970; suas características definidoras, sua abrangência temática e geográfica.

Finalmente, a discussão da relação entre o pensamento cepalino e o movimento de renovação do pensamento marxista é realizada no capítulo 4, recorrendo-se, para esse paralelo, à análise de manifestações de caráter

marxista, observadas no período considerado como aquele imediatamente pós-CEPAL: décadas de 1960 e 1970. Para estabelecer-se esse paralelo, traçou-se um quadro com algumas orientações marxistas observadas nesse período, que foi confrontado em relação a alguns aspectos às formulações cepalinas.

Nas Conclusões, apresenta-se, de forma sintética, as principais assimilações do estudo.

Capítulo 1

O marxismo na América Latina

1.1 O etapismo

A Revolução Industrial, processo observado na Inglaterra entre as duas últimas décadas do século XVIII e meados do século XIX, assinala, segundo o historiador Hobsbawm (1979a, p.13), “a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos”, comparada pelo autor à revolução neolítica, ocorrida há 10 mil anos, quando o homem se transformou em agricultor. Uma transformação dessa magnitude condiciona, ou mesmo determina, diversos outros eventos nas dimensões econômica e social, política e geopolítica das sociedades e dos estados-nação. No entanto, se, por um lado, essa transformação, pela elevação da produtividade do trabalho, proporcionou um crescimento acelerado da riqueza, com a contínua formação de um excedente econômico de dimensão jamais vista, por outro, sua contradição, como elemento transformador, é intrínseca a esse movimento. É notória a observação do pensador Tocqueville³ (1958, p. 107-8 apud Hobsbawm, 1979b, p. 43) quando de sua visita a Manchester, em 1835:

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.

No campo da formalização teórica, o desenvolvimento do pensamento liberal clássico fornece a sustentação necessária à expansão do capital vinculado à atividade industrial, e para o conseqüente e inevitável enfrentamento às políticas e práticas de cunho mercantilistas. Também aqui, sua antítese - a crítica à economia política - é gerada.

³ A. de Toqueville, *Journeys to England and Ireland*, ED. J.P. Mayer, 1958.

A Inglaterra, no início do século XIX, e posteriormente boa parte da Europa, torna-se uma sociedade urbana, na qual a liderança no processo de acumulação capitalista está claramente na atividade industrial e na participação deste setor no mercado internacional. Rapidamente, o capitalismo industrial torna-se hegemônico. Concomitantemente, porque próprio à expansão do capitalismo industrial, há a formação de grandes massas de trabalhadores assalariados que têm seu ritmo de trabalho ditado pela mecanização da produção e que, como decorrência da divisão do trabalho - inerente a esse processo - exercem funções parciais ao longo da produção; o trabalho artesanal é substituído por uma sucessão de tarefas. A principal contradição observada nessas sociedades passa a ser aquela entre trabalhadores e capitalistas; o liberalismo clássico, não obstante, conjugando o individualismo ao bem geral da sociedade, pela mediação do mercado, desempenha a função de ideologia desta fase industrial do capitalismo.

É o momento em que na Europa se materializa a modernidade; modernidade que se revela pela racionalidade, pela intensa devoção à ciência e pela aplicação da tecnologia à produção, essencial para a contínua busca da produtividade, com a apropriação de todo o ganho advindo desse processo sendo viabilizada pela posse privada dos meios de produção. “A grande indústria vem completar a separação, própria da produção capitalista em geral, entre o trabalhador e seus meios de produção” (OLIVEIRA, 2003, p. 59). O conceito de modernidade é incorporado à ideologia liberal capitalista, confundindo-se mesmo com ela.

A ordem liberal burguesa estabelecida, não é formada somente a partir dos eventos que se contrapõem às práticas mercantilistas, que funcionavam como um inibidor ao desenvolvimento das condições necessárias ao pleno desenvolvimento do capital vinculado à atividade industrial; ao cooptar os extratos populares para os movimentos contra o absolutismo, questões relativas a esses extratos – particularmente àquelas relativas à desigualdade social - são colocadas em pauta nesse processo e precisam, assim, ser acomodadas na agenda da nova ordem. Segundo Vera Vieira (2005, p. 101):

A radicalidade inerente aos interesses dos trabalhadores acabou por se subordinar aos interesses dos segmentos que consolidam

sua dominação de classe. Pois é no interior desse conservadorismo que os trabalhadores viram os ideais universais de liberdade e igualdade, pelos quais haviam também lutado, serem gradativamente reduzidos às dimensões que interessavam apenas àquela categoria social dominante e seus esforços de luta voltaram-se contra seus próprios interesses de classe.

Assim, é a partir da necessidade dessa acomodação, que os movimentos políticos e sociais ocorridos na Europa ao longo do século XIX, devem ser considerados. Em grandes linhas, o processo conhecido como “restauração”, com tudo o que ele representou, explicitado no Congresso de Viena em 1815, implicou no caráter dos movimentos ocorridos ao longo do século XIX.

O marxismo, um amplo e coeso sistema intelectual que integrou concepções filosóficas, econômicas, políticas e sociais, tem sua estrutura estabelecida por Karl Marx e Friedrich Engels ao longo de aproximadamente 50 anos, entre as décadas de 1840 e 1890, em uma Europa, como visto, profundamente transformada pelo capitalismo industrial e, também profundamente, marcada pelos movimentos sociais e políticos.

A arquitetura do pensamento marxista é resultado da conjugação de diferentes dimensões do conhecimento, e representa uma compreensão harmoniosa, objetiva e profunda de realidades que se apresentam de forma multifacetada e em constante movimento; movimento este decorrente das contradições que lhes são intrínsecas e que, em determinados momentos, apresentam-se como antagônicas. O marxismo, ao longo de sua constituição, dialogou tanto com seus precursores, como com os autores que, em áreas determinadas, representavam uma referência ou influência. Babeuf e os utópicos são exemplos do primeiro grupo e Hegel, Feuerbach e Ricardo, do segundo.

A análise marxista municia os movimentos populares com uma interpretação teórica estrutural do modo de produção capitalista e com uma proposta de ação contundente e revolucionária, emprestando-lhes uma coerência e combatividade até então pouco observadas. É, assim, uma doutrina construída pela aproximação da teoria à prática, tendo por base a dialética

materialista. Sobre esta relação entre o método e a prática, diz Saad Filho (2011, p. 34)

Esta abordagem emprega a dialética para identificar as características essenciais do concreto e suas contradições reais, de modo a explicar o concreto e as fontes potenciais das mudanças históricas. Para a dialética materialista, o reconhecimento do fato de que a lógica e a história são inseparáveis não é uma concessão ao empirismo, mas, ao contrário, uma consequência do fato de que a realidade não pode ser reduzida a conceitos.

Um importante debate marca esse início da análise marxista. Importante pelo seu aspecto teórico propriamente, e pelas consequências quanto ao caráter das práticas políticas revolucionárias adotadas. É um debate que, dessa forma, coloca em evidência a relação entre teoria e prática, tão determinante, como visto, na caracterização do marxismo. Esse debate terá, como se verá, importância capital na compreensão pelos marxistas do capitalismo latino-americano, nas propostas de ação política decorrentes de tais análises e, assim, no próprio caráter da revolução socialista em toda esta região.

No prefácio de “Para a Crítica da Economia Política”, texto publicado em 1859, Marx desenvolve o conceito de “modo de produção”, expondo a fundamental importância da relação intrínseca entre os seus elementos constituintes – forças produtivas e relações de produção – para a evolução histórica das estruturas econômico-sociais. O modo de produção é o determinante, ou condicionante, de toda a base social e, conseqüentemente, a base social só se transformará verdadeiramente com a transformação do respectivo modo de produção.

O modo de produção, assim, é constituído por dois elementos distintos, mas que mantêm uma forte relação de interdependência: enquanto as forças produtivas representam os meios de produção, conjugados com a capacitação, ou habilidade, dos trabalhadores, as relações de produção representam as relações estabelecidas entre os homens – involuntárias – necessárias à realização da produção. Desta forma, a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, sempre está associada uma determinada relação de produção. As forças produtivas constituem o elemento

mais dinâmico do modo de produção; desenvolvem-se continuamente. As relações de produção são mais estáveis.

Nas palavras do próprio Marx (1982, p. 25):

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem forças sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.

A relação entre os elementos constituintes do modo de produção é, desta forma, e em última análise, a responsável pela própria superação de um determinado modo de produção. À medida que as forças produtivas se desenvolvem, as relações de produção, que viabilizaram esse desenvolvimento contínuo, passam a inibi-las. Essa é uma contradição insolúvel; um antagonismo que só será superado com uma ruptura estrutural; pela superação do próprio modo de produção.

Identificar, assim, a contradição na relação entre o desenvolvimento das forças produtiva e as relações de produção, com o mecanismo determinante da própria evolução das sociedades, implica compreender essa contradição como o “fundamento material da luta de classes” (GERMER, 2009, p.77), já que a história das sociedades é, na perspectiva marxista, a própria história das lutas de classes.

Esse antagonismo se manifesta, e se impõe, quando o desenvolvimento das forças produtivas atinge seu ponto máximo, relativamente ao limite determinado pelas relações de produção que, sendo criadas para permitir um maior desenvolvimento das forças produtivas, passam, a partir desse ponto, a inibir esse desenvolvimento. Ainda nas palavras de Marx (1982, p. 26):

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que se pode resolver, pois se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagonica do processo social de produção, antagonicos não em um sentido individual, mas de antagonismo nascente das condições social de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo.

Tem-se, assim, que a passagem à sociedade socialista, ou melhor, a existência das condições materiais necessárias à superação do modo de produção capitalista, só se dariam em sociedades cujo desenvolvimento das forças produtivas se apresenta em um grau muito alto; tão alto que importaria, para a continuidade de seu desenvolvimento, a transformação das relações de produção.

Em meados do século XIX, poucas sociedades apresentavam essa condição; somente aquelas nas quais o capital industrial predominava. O maior ritmo de acumulação, ou maior taxa de retorno do capital aplicado à atividade industrial, recém estabelecida, subordina os capitais aplicados nos demais setores econômicos com, inclusive, a massa de trabalhadores industriais urbanos sendo considerada como “uma espécie” de vanguarda da classe trabalhadora. A revolução socialista, dessa forma, aconteceria – ou era esperada – em países de forte desenvolvimento industrial.

Como corolário dessa compreensão, tem-se que sociedades que ainda não haviam alcançado o desenvolvimento “limite” das forças produtivas deveriam, primeiramente, buscar esse desenvolvimento para, então, colocarem-se, objetivamente, a questão da revolução socialista. Isso significava, de acordo com o modelo concebido, promover uma revolução liberal-burguesa que, permitindo o desenvolvimento das forças produtivas, criaria as condições para a revolução de caráter socialista. Este modelo foi concebido a partir da observação das revoluções liberais burguesas ocorridas nos países que, então, apresentavam um forte desenvolvimento industrial. Nessa perspectiva, estas revoluções liberais teriam desempenhado uma função essencial para o desenvolvimento e expansão do capital industrial. Assim, para alcançar-se as condições necessárias à revolução socialista em uma determinada sociedade, não bastava que o modo de produção capitalista fosse dominante e hegemônico, mas que o capitalismo estivesse em um muito alto grau de desenvolvimento o que, à época, equivalia estar plenamente na fase industrial do capitalismo.

Este entendimento ficou conhecido como “revolução (socialista) por etapas”, ou mais simplesmente por “etapismo” e, além de implicar em uma forte discussão teórica, derivou em diretrizes para a ação política dos marxistas em todo o mundo capitalista periférico, que apresentava um baixo desenvolvimento das forças produtivas.

No entanto, dois processos, fortemente interrelacionados, mas autônomos, acontecem de forma simultânea a partir da revolução liberal: o progresso das forças produtivas, uma vez liberadas dos entraves representados pelas relações de produção superadas, e o desenvolvimento das condições para a realização da revolução social. De acordo com Hobsbawm (1979, p. 22):

Os anos de 1789 a 1848 foram dominados por uma dupla revolução: a Revolução Industrial, iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política associada e largamente confinada à França. Ambas implicaram o triunfo de uma nova sociedade, mas se ela deveria ser a sociedade do capitalismo liberal triunfante, ou aquilo que um historiador francês chamou “os burgueses conquistadores”, pareceu sempre mais incerto para os contemporâneos do que para nós. Atrás dos ideólogos políticos burgueses estavam as massas, prontas para a transformar revoluções moderadamente liberais em revoluções sociais. Por baixo e em volta dos empresários

capitalistas, os “pobres proletários”, descontentes e sem lugar, que agitavam e se insurgiam.

A simultaneidade dos eventos – pertinente e muito promissora pela perspectiva da relação entre as forças produtivas e as relações de produção – mostra-se, no entanto, pouco consequente relativamente à efetivação da revolução social; o capitalismo avançado sempre apresenta caminhos alternativos que viabilizam sua expansão, com um aparente deslocamento do antagonismo inerente ao modo de produção capitalista para as economias periféricas ao sistema. Segundo Hobsbawm (1979, p. 22):

Tudo falhou, universalmente, rapidamente e - apesar de isto não ter sido reconhecido por muitos anos pelos refugiados políticos – de forma definitiva. Desde então, não iria mais ocorrer nenhuma revolução social geral do tipo buscado antes de 1848 nos países “avançados” do mundo. O centro de gravidade destes movimentos revolucionários sociais, e depois dos regimes socialistas e comunistas do século XX, iria ter seu lugar em regiões marginais e atrasadas, enquanto no período que este livro lida, movimentos deste tipo iriam permanecer episódicos, arcaicos e “subdesenvolvidos”. A súbita, vasta e aparentemente inesgotável expansão da economia capitalista mundial forneceu alternativas políticas aos países “avançados”. A revolução industrial (inglesa) havia engolido a revolução política (francesa).

A partir dessa expansão, que conjuga internacionalização e hegemonia, alguns países, mesmo não apresentando o grau de desenvolvimento das forças produtivas teoricamente necessário à superação das relações de produção capitalistas, apresentavam um clima insurrecional característico de uma fase pré-revolucionária. Ainda de acordo com Hobsbawm (1979, p. 175):

O papel reservado à Rússia era talvez o mais ambicioso. A partir da década de 1860, uma revolução russa não era apenas uma possibilidade, mas uma probabilidade, talvez mesmo uma certeza. Mas enquanto em 1848 tal contingência seria bem recebida apenas na medida em que removeria uma grande pedra do caminho da vitória de uma revolução ocidental, agora tornava-se significativa por si mesma. Uma revolução russa poderia de fato “dar o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de tal forma que ambas se “complementariam” (como Marx e Engels colocaram no prefácio de uma nova edição russa do Manifesto Comunista). Mais ainda: poderia conceivelmente – embora Marx nunca se tenha claramente comprometido com esta hipótese – levar a uma transição direta da Rússia de um

comunalismo de aldeias a um desenvolvimento comunista, passando por cima do desenvolvimento de um capitalismo maduro. Como Marx previu de forma correta, uma Rússia revolucionária mudaria as perspectivas de revolução em todos os lugares.

Na virada do século XIX para o século XX, a Rússia apresenta um complexo e tenso quadro social e político. Completando três séculos no poder, a dinastia Romanov governava um país essencialmente rural, no qual 85% de da população encontrava-se no campo, o qual apresentava índices de produtividade baixíssimos, observando-se, inclusive, relações sociais de produção servis, abolidas somente em 1861. A indústria – e o correspondente proletariado industrial - é incipiente e localizada quase que exclusivamente no entorno das cidades de São Petersburgo e Moscou. Assim, mesmo que fortemente marcada pelo “comunalismo de aldeias”, a Rússia, nesse período, é também caracterizada como uma sociedade na qual relações capitalistas “avançadas”, de cunho industrial, já tinham se estabelecido. Nesse sentido, é notório o trabalho de Lenin, publicado em 1899, “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”.

A radicalização e a organização dos diversos segmentos da sociedade frente a este quadro criam uma base social sólida, verdadeiramente popular, e impulsionadora dos eventos que ocorrerão no início do século XX: a revolução de 1905, as revoluções de 1917 - fevereiro e outubro - e o período da guerra civil. Esse clima de insurreição radical é somente parcialmente liderado pelos partidos revolucionários; o surgimento de uma forma de organização popular e autônoma - os sovietes (conselhos) - estavam fora do estrito controle dos partidos revolucionários, gerando frequentemente uma postura de desconfiança. Segundo Daniel Aarão Reis (2017a, p. 23)

A construção de organizações autônomas, os sovietes, suscitaria receio entre as elites, admiração entre os partidários dos movimentos sociais e desconfiança entre os partidos políticos populares que viam ali, potencialmente, um instrumento imprevisto, de difícil controle, que lhes escapava, em tese, das rédeas e ao qual deveriam, pelo menos em certa medida, adequar-se ou mesmo se subordinar.

Entre a classe economicamente dominante, além dos defensores da autocracia czarista, tal qual se apresentava, havia o partido daqueles que defendiam a instauração de uma monarquia parlamentarista, tendo como referência o sistema político de alguns países europeus, o Partido Constitucional Democrático, os Kadetes (denominação derivada da abreviação do nome do partido em russo: K D). A formação da Duma (parlamento), decorrente da Revolução de 1905, foi um movimento claramente nessa direção.

No lado da oposição popular-revolucionária, havia os Socialistas Revolucionários - os Populistas - com uma muito forte presença no campo, e que defendiam uma via para o socialismo por meio da posse coletiva da terra; apoiavam-se na comunidade agrária tradicional russa, o *mir*. No início do século XX, quando da Revolução de 1905, os populistas aderiram à ideia de uma revolução em duas etapas, excetuando-se uma parcela dos militantes que não abandona a convicção na revolução agrária-socialista, constituindo, então, o grupo chamado de “socialistas revolucionários de esquerda”.

Outras duas correntes do pensamento socialista revolucionário na Rússia nesse período, encontravam-se no interior do Partido Operário Social Democrático Russo (POS DR), criado no final do século XIX e refundado no início do século XX. Essas duas correntes – bolcheviques (liderados por Lenin) e mencheviques (liderados por Martov) – compartilhavam a ideia da revolução socialista em duas etapas, mas discordavam quanto ao caráter da organização que dirigiria o processo revolucionário. Enquanto os bolcheviques defendiam um partido fortemente centrado, com uma organização e quadros profissionalizados, os mencheviques entendiam que o partido deveria ser organizado de forma mais ampla e democrática.

Mesmo considerando-se suas especificidades, que, de maneira objetiva, justificavam o clima pré-revolucionário existente, ter-se a Rússia como palco da primeira revolução socialista da história (a probabilidade, quase certeza, aventada por Hobsbawm), colocou uma questão central com relação ao próprio encadeamento lógico da análise marxista: Como, e sob quais condições, uma revolução de caráter socialista poderia acontecer em uma economia que se encontrava em um estágio tão distante do pleno desenvolvimento do capitalismo? As repostas à esta questão, como não poderia deixar de ser, não

são cabais; não expressam a superação do tema. Foram concebidas em diferentes frentes e por diferentes atores e, por vezes, foram, elas próprias, elementos de natureza política vinculados a interesses determinados. São respostas formuladas desde uma perspectiva pragmática, relativa ao caráter da revolução, o que determinaria o caminho a ser seguido pela ação revolucionária, até àquelas voltadas para a natureza da apreensão teórica - crítica ou mecanicista - dos escritos que estabeleceram a análise marxista, reconhecendo, explicitamente, a importância do antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção na superação do modo de produção capitalista.

Essa discussão, em seu início, chega mesmo a Marx e Engels, que mantêm, principalmente com os populistas, rica correspondência. Para uma aproximação a esse debate, recorrer-se-á aos textos de Marx e Engels sobre a Rússia, escritos no período entre 1875 e 1894, e que foram organizados pelo sociólogo Michael Löwy no livro “Lutas de classes na Rússia”. (MARX, ENGELS, 2015)

Esses documentos revelam como o momento pré-revolucionário russo foi visto pelos fundadores do socialismo científico e, indicam, inicialmente, que todo o potencial revolucionário existente na Rússia foi percebido como derivado exclusivamente do campo, de seu histórico combativo e pela sua defesa de um caminho direto ao socialismo; a um socialismo agrário. A revolução na Rússia teria, assim, um caráter bem distinto daquele projetado inicialmente para as revoluções socialistas e, no entendimento de Marx e Engels, explicitado no prefácio da publicação russa de “Manifesto Comunista”, conforme citado por Hobsbawm, a revolução agrária russa poderia ser o ponto de partida para uma evolução rumo ao socialismo se contasse com revoluções na Europa Ocidental, para as quais funcionaria como um sinal, um catalisador.

Na introdução à citada obra, Michael Löwy afirma que os textos indicam uma ruptura de Marx e Engels com os próprios escritos anteriores em que explicitavam a importância da relação entre forças produtivas e relações de produção para a superação do modo de produção capitalista. Essa ruptura teria se dado no sentido destes autores admitirem a possibilidade de os processos revolucionários, sob um certo conjunto de condições, poderem apresentar, em países periféricos, diretamente um caráter socialista, não necessariamente

cumprindo a etapa da revolução liberal burguesa. Vale notar que, segundo Löwy (2015, p. 9), esta ruptura se dá em relação às interpretações equivocadas do materialismo histórico, e não propriamente com relação aos conceitos originalmente estabelecidos, o que remete a discussão à natureza da apreensão teórica dos escritos originais.

Estes escritos – sobretudo os de Marx – significam uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, “etapista” e eurocêntrica do materialismo histórico. A partir de 1877, eles sugerem, ainda que não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro. Trata-se de uma verdadeira “virada” metodológica, política e estratégica, que antecipa, de forma surpreendente, os movimentos revolucionários do século XX.

Como adição a esse quadro, tem-se que todas as tendências revolucionárias presentes na Rússia no final do século XIX e início do XX, defendiam a revolução em duas etapas, estando, assim, alinhadas à análise e à orientação originalmente estabelecidas. Exceção somente, como visto, dos socialistas revolucionários de esquerda, dissidência dos socialistas revolucionários e, também, dos anarquistas, que se posicionavam contrários a condução partidária do processo revolucionário, defendendo a autogestão popular e, assim, assumindo uma posição muito próxima, e de defesa, à forma de organização dos soviets. De acordo com Reis (2017a, p. 22):

Independentemente de alas ou partidos, todos os socialistas marxistas russos concebiam a revolução em duas etapas: na primeira, sob hegemonia da burguesia, a autocracia seria derrubada e então formada uma república democrática, na base de uma Assembleia Constituinte eleita pelo sufrágio universal. Na segunda etapa, os partidos políticos e os sindicatos socialistas colocariam na ordem do dia a questão da revolução social.

No início do século XX, todas as discussões que têm como objeto o caráter da revolução - se socialista ou liberal-burguesa -, ganham intensidade; esse ganho de intensidade se dá pela própria tensão do momento histórico; a proximidade da I Guerra Mundial, e pela postura assumida pela maior parte dos

partidos membros da II Internacional⁴, quando do início da guerra propriamente, que aderem ao chamamento para a guerra por seus respectivos governos, abandonando a orientação de solidariedade entre os trabalhadores contra um conflito percebido como entre impérios capitalistas.

Na Rússia, a discussão relativa ao caráter da revolução se materializa, ganha concretude; o entendimento de uma revolução socialista em duas etapas ganha sofisticação teórica, sendo sempre permeado pela prática política militante, o que exacerba a importância fundamental da relação entre método e prática para a análise marxista. Teóricos militantes de importância central na história do pensamento marxista, Lenin e Trotsky, passam a desempenhar funções determinantes no processo em curso; o desenvolvimento teórico nunca esteve tão sobreposto e sincrônico à ação revolucionária como neste momento.

Duas variáveis, de certa forma já presentes nesta discussão, adquirem uma condição importante como elementos das argumentações que enriquecem o debate quanto às alternativas e caminhos para a revolução e, assim, ganham notoriedade: a primeira dizia respeito ao entendimento da revolução socialista como uma revolução necessariamente mundial e, a segunda, sobre o processo conhecido como “substitucionismo”, no qual uma determinada classe pode exercer uma função que, à rigor, caberia a outra classe.

Quanto à primeira variável, tem-se, segundo Claudín (1985, p.51):

Para Lênin, tanto como para Marx e Engels, a revolução socialista, por essência, é mundial, mesmo que a tomada do poder pela classe operária não possa realizar-se simultaneamente em todos os países, nem mesmo em vários ao mesmo tempo., salvo raras conjunturas. Este caráter mundial da revolução socialista, em Marx, deriva da própria natureza das modernas forças produtivas, em virtude da qual o capitalismo é um sistema mundial, um mecanismo econômico que tende a integrar a sociedade humana em escala planetária. Em última instância, produto do trânsito a um nível mais alto das forças produtivas, o socialismo não pode adquirir existência real, com maior razão que o capitalismo, senão como sistema mundial. O que, como condição necessária, implica que a revolução triunfe nos países economicamente desenvolvidos.

⁴ II Internacional ou Internacional Socialista, criada por Engels em 1889 e dissolvida em 1926.

Desta forma, entendendo-se a revolução socialista como imperativamente mundial, a Rússia, pelo clima de insurgência social observado, poderia sediar uma revolução que desempenhasse o papel de gatilho para a revolução mundial. A Revolução Alemã, observada a partir da Revolução Russa de outubro de 1917, é percebida, pela importante participação da Liga Spartacus, liderada por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, como um exemplo deste alinhamento e demonstração de sua factibilidade. A revolução socialista poderia chegar a um país “economicamente desenvolvido”, no qual o socialismo resultaria “do trânsito a um nível mais alto das forças produtivas”.

Complementando a ideia da revolução socialista como revolução mundial, tem-se os conceitos de “revolução permanente”, muito associado a Trotsky e o de “revolução ininterrupta”, muito associado a Lenin. De acordo com Angelo Segrillo, a ideia de “revolução permanente” foi desenvolvida por Marx⁵ (apud Segrillo, 2003-2004, p. 240-241) já em 1850, em uma mensagem do Comitê Central da Liga dos Comunistas, e objetivava traçar a estratégia dos comunistas na Alemanha:

Enquanto os pequeno-burgueses democráticos querem acabar a revolução o mais rápido possível [...] é nosso interesse e nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes exploradas tenham sido expulsas de sua situação de domínio, até que o proletariado tenha conquistado o poder do Estado e que a associação dos proletários tenha avançado tanto não apenas em um país, mas em todos os países dominantes do planeta que a competição entre esses proletários tenha cessado e que as principais forças produtivas estejam concentradas nas mãos dos proletários [...] O grito de guerra deve ser: a Revolução em Permanência.

Uma diferença relevante entre os conceitos de revolução permanente e de revolução ininterrupta - pode-se dizer entre Trotsky e Lenin - é que a primeira entende que a revolução de caráter socialista deve se dar imediatamente após a revolução de caráter liberal, ou seja, pode-se inferir que o objetivo da revolução liberal não é, exatamente, o de proporcionar o desenvolvimento das forças

⁵ MARX; ENGELS. **Marx-Engels Werke** [“Obras de Marx-Engels”] (MEW). Berlim: Dietz, 1961-1971. 41 vols.

produtivas até seu limite, mas sim o de iniciar um processo revolucionário que, além de amplitude mundial, coloque a perspectiva socialista de imediato.

A segunda, das duas variáveis que contribuem com a argumentação para o debate sobre o etapismo, é, como dito, o substitucionismo, que discute a possibilidade histórica da revolução liberal burguesa ser dirigida pelo proletariado, ou por setores do proletariado, em associação com a pequena-burguesia. A liderança do processo revolucionário, nessa perspectiva, garantiria a continuidade do processo.

Todas essas dimensões da discussão relativa ao etapismo estavam colocadas na Rússia no início do século XX e, com a Revolução de 1905, de cunho liberal com, inclusive, a constituição de uma assembleia (Duma), a discussão ganha uma enorme relevância, tornando-se mesmo fundamental para a ação revolucionária.

Lenin, como líder político e teórico marxista, tem atividade intensa no período, assume posições percebidas como ambíguas, e mesmo contraditórias, relativamente ao caráter da Revolução Russa. Sobre essas posições, diz Segrillo (2003-2004, p. 243-244):

Lenin sempre defendeu a liderança do proletariado, tanto na fase democrático-burguesa quanto (obviamente) na fase socialista. Mas, até antes da primeira guerra mundial, parece notar-se em Lenin uma percepção de que a revolução na Rússia tinha caráter eminentemente burguês e que seria prematuro falar-se de maneira antecipada em pulo para o socialismo. Com a Primeira Guerra Mundial, a internacionalização do conflito, o entrelaçamento cada vez maior das relações (belicistas ou não) entre os povos e a possibilidade do espoucar de situações revolucionárias em vários pontos da Europa parece aumentar em Lenin a impressão de que uma situação revolucionária na Rússia poderia levar ao detonamento da revolução socialista na Europa. Finalmente, em 1917, a extrema aceleração dos acontecimentos na Rússia com o estouro da Revolução de Fevereiro e a situação de poder dual (governo provisório-sovietes) levou a que Vladimir Ilitch desembarcasse na Rússia com suas "Teses de Abril" e outros escritos que muitos entenderam como um autêntico chamado para a passagem imediata da etapa democrático-burguesa para a socialista da revolução.

Ainda recorrendo a Segrillo (2003-2004, p. 246-247), essa aparente contradição nas posições assumidas e defendidas por Lenin, parece estar

relacionada justamente à relação entre a teoria e a prática revolucionária, relação esta, como visto, tão cara ao desenvolvimento do marxismo (a relação estabelecida entre a teoria e a prática concreta). Desta forma, decorre diretamente da necessidade de a teoria respaldar e direcionar a ação revolucionária, em um momento de extremo dinamismo, no qual a correlação de forças muda a todo instante; a ambiguidade decorre de um processo social convulsionado.

O “Dicionário do Pensamento Marxista”, organizado pelo sociólogo marxista britânico Tom Bottomore (2013, p. 383), cuja primeira edição em inglês se deu em 1983 e, em português, em 1988, faz, no verbete “marxismo e Terceiro Mundo” referência à essa contradição, confrontando a orientação leninista (aliança entre os movimentos comunistas e as burguesias nacionais opondo-se ao capital metropolitano associado ao modo de produção pré-capitalista) com o materialismo histórico, que pressupõe haver uma contradição entre o capitalismo e o modo de produção que o antecedeu, que só será superada com o desaparecimento deste:

Como conciliar essa concepção com a ideia de uma *aliança* entre o capital metropolitano e o feudalismo autóctone da colônia, se as duas classes dominantes correspondentes a essas formas situam-se respectivamente uma em um modo de produção capitalista e outra em um modo de produção pré-capitalista? Da mesma forma, não há explicação estrutural possível para o conflito entre a burguesia autóctone (nacional) da colônia e a burguesia metropolitana dominante, embora ambas se localizem no mesmo modo de produção capitalista. Não obstante, postula-se que as contradições entre a burguesia nacional colonial, de um lado, e a burguesia metropolitana a as classes dominantes feudais, de outro, determinam as contradições estruturais subjacentes à revolução democrático-burguesa nas colônias, definindo alinhamentos e posições na luta de classes.

[...]

Apesar dos problemas teóricos não solucionados a ela subjacentes, a formulação apresentada por Lenin em 1920 continua não obstante, sendo até hoje o ponto de partida básico de posições divergentes dentro dos movimentos marxistas no que diz respeito às lutas revolucionárias no Terceiro Mundo.

Luiz Bernardo Pericás, em seu livro “Che Guevara e o debate econômico em Cuba”, reproduz trecho da ata de uma reunião no Ministério de Indústrias, ocorrida em 1964, na qual, Che⁶ (1964, p. 69 apud PERICÁS, 2018, p.193), então ministro de Indústrias de Cuba, faz comentários críticos à adoção, por Lênin, da Nova Política Econômica (NEP), em 1921. O objeto das críticas de Che é totalmente estranho aos propósitos deste trabalho, mas a razão aventada – relação entre teoria e prática – é elemento útil para a reflexão sobre o debate relativo ao etapismo:

Estamos na presença de alguns fenômenos que se produzem porque existe uma crise de teoria, e a crise teórica se produz por se haver esquecido a existência de Marx e porque ali se baseiam somente numa parte do trabalho de Lênin. O Lênin dos anos [19]20 é tão somente uma pequena parte do trabalho de Lênin, porque Lênin viveu muitos anos e estudou muito ... É um fato que entre o Lênin de *O Estado e a revolução* e o de *O Imperialismo, fase superior do capitalismo* e o Lênin da NEP existe um abismo. Na atualidade se considera sobretudo este último período, admitindo como verdade coisas que teoricamente não são certas, que foram impostas pela prática, que estão revestidas ainda pelo perfil prático e são analisadas teoricamente, como todos os problemas da economia política do período de transição.

A Revolução de outubro de 1917 tem, finalmente, um inquestionável caráter socialista, trazendo, assim, a necessidade de internacionalizar-se e de desempenhar a função de estopim para a revolução mundial. Tarefas estas a serem realizadas em um momento em que se desenvolve não só a Primeira Guerra Mundial, mas também as guerras internas, que desafiam o estabelecimento da revolução. Segundo Carone (2000, p. 139):

O poder bolchevique, que se inicia nessa hora (outubro de 1917), vai levar meses e até anos para se consolidar. Até 1920 ou 1921 temos, ainda, momento de instabilidade do poder comunista, devido aos ataques militares dos países burgueses à Rússia: são os japoneses e americanos na Sibéria, os franceses no Mar Negro, os alemães, poloneses e franceses na Sibéria. Mesmo nessa hora de sufoco, Lenine não abandona a ideia de criar uma Internacional, a III.

⁶ GUEVARA, E. O plano e o homem. 1964, P. 69

Da necessidade de expandir-se a revolução mundialmente, deriva a fundação, por Lenin, da III Internacional, em 1919, ou seja, após o término da Primeira Guerra, mas ainda durante as guerras internas e dos ataques e do isolamento imposto à Rússia pelas potências capitalistas. Outro elemento importante nesse momento é o resultado da Revolução Alemã de 1919, que sinaliza as dificuldades de a Revolução Russa funcionar, de fato, como um catalisador da revolução mundial. Ainda segundo Carone (2003, p.2):

... a partir do II congresso (julho/agosto de 1920), a IC vai se voltar para questões mais específicas, necessárias para consolidar a nova linha revolucionária, isto é, incentivar nos países capitalistas a ideia de criação de um novo modelo partidário, a existência do Partido Comunista.

A proposta deste novo modelo partidário - o Partido Comunista – é, por si, uma proposta de ação revolucionária e traz, ou retoma, com força, a discussão do caráter da revolução - do etapismo - principalmente como direcionamento das políticas a serem adotadas nos países economicamente periféricos e/ou ainda colônias das potências europeias que, nesse momento, ganham atenção. A discussão relativa ao caráter da revolução é levada aos congressos da III Internacional e tem como figura central Lênin. De acordo com Claudín (1985, p. 66):

Quanto ao movimento de libertação nacional nas colônias, a perspectiva era clara. Desde a revolução de outubro, a importância desta “frente” da revolução mundial só havia crescido, confirmando inteiramente as previsões de Lênin. Os documentos e a ação prática da IC concedem-lhe muita atenção, mas situando-a sempre como uma frente subordinada à frente principal – a dos países capitalistas desenvolvidos.

Na perspectiva do desenvolvimento dessa temática – e de sua utilização como elemento de estratégia de luta política -, é notório e significativo o debate entre Lênin e Manabendra Nath Roy, um jovem bengali, militante e fundador do Partido Comunista do México, durante o II Congresso da III Internacional, realizado em 1920, relativamente às estratégias a serem adotadas pelos partidos comunistas nas áreas coloniais. Enquanto Lênin marcava posição junto à revolução de duas etapas, com a formação de frentes compostas pela burguesia

democrática apoiada pelos movimentos revolucionários, Roy defende a tese de que a IC deve apoiar, prioritariamente, a organização e a ação dos movimentos exclusivamente camponeses e operários.

Em síntese, a Revolução Russa poderia representar o estopim para a revolução mundial e, só em função dessa possibilidade, aceitava-se que a revolução socialista mundial começasse por um país periférico, que apresentava um muito baixo nível de desenvolvimento das relações capitalistas; assim, a despeito das críticas recebidas, a política etapista vingava como caminho revolucionário para as economias coloniais e/ ou periféricas, sob a liderança dos partidos comunistas, e como parte da estratégia da III Internacional para a revolução mundial:

Nesse momento, uma nova controvérsia se estabelece entre os revolucionários russos: aquela relativa ao caráter da revolução socialista. O caráter necessariamente internacionalista da revolução socialista é contraposto à possibilidade da construção do socialismo em um único país. Assim como o etapismo, o caráter da revolução socialista é elemento determinante para a estratégia de luta política.

Até o IV congresso da Internacional Comunista, realizado em 1922, e o último com a participação de Lenin, o caráter internacional da revolução socialista é reafirmado e compreendido como premissa. Antes de 1924, não há registro da proposta “revolução socialista em um único país”. A ascensão de Stalin, em 1922, com a decorrente luta interna pelo poder e os interesses internacionais soviéticos, implicou em uma reavaliação deste caráter.

Apoiado no argumento do desenvolvimento desigual do capitalismo – “posto que o capitalismo se desenvolve desigualmente, a revolução produzir-se-á desigualmente, primeiro num país, mais tarde noutro, ou noutros” (CLAUDIN, 1985, p.72) – Stalin, e um grupo de importantes aliados, passa a defender a proposta do “socialismo em um só país”. O fracasso dos movimentos revolucionários no continente europeu, particularmente o da revolução alemã em 1923, e a conseqüente “estabilidade” europeia, alcançada com a colaboração dos Estados Unidos, reforçam a proposta de construção do socialismo em um único país.

O confronto entre o caráter internacionalista e o caráter nacionalista da revolução socialista difere, de forma essencial, do debate sobre a revolução por etapas. Enquanto o debate relativo ao etapismo, como visto, é referenciado em importantes aspectos da teoria marxista, e se dá, concretamente, no momento em que a Rússia apresentava condições objetivas para a revolução socialista, a historiografia, de maneira geral, apresenta a possibilidade da “revolução em um só país” como uma teoria produzida pelo stalinismo como forma de facilitar suas ações relativas ao controle do poder interno e às políticas e objetivos externos. Reis (2017b, p. 424), ao apresentar um pequeno texto publicado no jornal *Pravda* em março de 1918, sobre o tratado de paz Brest-Litovski, assinado entre a Rússia e os impérios centrais e tão fortemente criticado por parcela significativa dos próprios bolcheviques, faz menção a um importante precedente dessa argumentação:

É fato, no entanto, que o tratado, contrariando princípios anteriores, relativos a uma paz “sem anexações e indenizações”, priorizava a construção socialista na Rússia revolucionária do investimento na revolução internacional. Um antecedente que seria invocado mais tarde, não obstante os compromissos reafirmados com a revolução mundial proletária.

Esse confronto, além de colocar em campos opostos eminentes revolucionários, contribuiu decisivamente para a caracterização do período stalinista, marcado pelo grande expurgo e pelos “processos de Moscou”, meios pelos quais o poder de Stalin se torna absoluto. Ao lado de Stalin, nesse momento, está Nikolai Bukharin que, juntos, derrotam revolucionários históricos no XV congresso do Partido Comunista, realizado em dezembro de 1927: Leon Trotsky, Grigori Zinoviev e Lev Kamenev. Esta cisão entre Stalin e Trotsky irá marcar toda a história do movimento comunista; no período stalinista, de forma intimidatória e, após, como oposição entre doutrinas. Assim, a III Internacional, incorpora em sua linha de ação política, além da revolução por etapas para as economias periféricas, a “teoria” da revolução em um único país, significando que o caráter internacionalista da revolução socialista estaria secundarizado frente ao irrestrito apoio à União Soviética. Completando o quadro, Nikolai Bukharin exerce a secretaria geral da Internacional Comunista entre 1926 e 1929. Nas palavras de Claudin (1985, p.75):

A teoria do socialismo num só país, convertida em fundamento teórico da estratégia da Internacional Comunista significava, em resumo, subordinar a revolução mundial - em cada uma de suas fases e episódios - às exigências da construção do socialismo na URSS. [...] As estruturas ultracentralizadas da IC, o todopoderoso Comitê Executivo, no topo da pirâmide, controlado, por seu turno, pela direção do partido soviético, constituíam o mecanismo idôneo para assegurar, na prática, a subordinação.

Assim, durante o período de vigência do pensamento marxista soviético, que se estende, aproximadamente, de 1928 até a morte de Stalin, em 1953, a ação política dos comunistas, em todo o mundo, encontrava-se subordinada às orientações da III Internacional. Com relação às economias coloniais ou periféricas, que apresentavam um desenvolvimento insuficiente do capitalismo, adicionalmente, colocava-se a necessidade de uma revolução de caráter liberal-burguesa. Para a América Latina, esse período determina um importante ponto de inflexão no desenvolvimento do movimento comunista já que, até 1928, não havia uma orientação única para o subcontinente latino-americano e, assim, de forma geral, o local sobrepunha-se ao geral.

As resoluções do VI Congresso, realizado em 1928 - o primeiro após a morte de Lenin, ocorrida em 1924 - condicionam, ou mesmo determinam, a orientação do, então incipiente, movimento comunista na América Latina. Os Partidos Comunistas, forma de organização recente, passam a canalizar os movimentos revolucionários na região, sempre alinhados ao modelo único de análise adotado pela Internacional Comunista. Segundo José Roberto do Amaral Lapa (1980, p.11):

... as propostas programáticas da III Internacional Comunista foram incorporadas pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou, e postas em prática como modelo único para a América Latina pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista que irradiava de Montevidéu para o continente o seu programa teórico e de ação.

Evidentemente, a percepção da hegemonia do marxismo soviético, materializado nas orientações da III Internacional, sobre o movimento comunista mundial, particularmente aquelas relativas à América Latina, e, principalmente, o entendimento de que essa hegemonia tenha inibido o desenvolvimento das

análises marxistas relativas a estas sociedades, não é unanime, pelo contrário, algumas contestações às têm como conjecturas ou mesmo como falsificações grosseiras dos acontecimentos. É uma contra-argumentação espelhada: defesa de um alto grau de independência dos partidos comunistas nacionais, reconhecimento de formações pré-capitalistas na América Latina e alinhamento à orientação da revolução em um só país. O pensador equatoriano Agustín Cueva (1937-1992) é um relevante representante dessa contestação; na defesa da independência dos partidos comunistas, Cueva cita como exemplo o levante comunista de 1935 no Brasil e Frente Popular chilena de 1936 (CUEVA, 2021, p.237) e, utilizando diferentes interpretações da obra do emblemático marxista peruano Jose Carlos Mariátegui (1894/1930), Cueva (2021, p. 240) triangula sua contestação ao caráter mundial da revolução socialista e sua concordância com a sobreposição de diferentes modo-se-produção na América Latina, condição essencial à estratégia da revolução em etapas:

Onde está, então, a grandeza de JCM? Sobretudo, em nos ter legado o primeiro esquema marxista de interpretação das modalidades específicas de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, em condições de dependência e articulação com outras formas produtivas (feudalismo, escravidão, comunidade produtiva); esquema que muitos de nós, seus discípulos, continuamos considerando válidos.

1.2 O marxismo na América Latina: recepção

Segundo Paulo Casanova, mesmo na Europa, o pensamento marxista teve uma lenta e difícil difusão, com somente algumas poucas obras teóricas de Marx e Engels sendo traduzidas para o francês e espanhol e, sobretudo, pela distorção sofrida pelo marxismo quando conjugado ao anarquismo e ao reformismo pré-existentes. Particularmente com relação aos anarquistas espanhóis, diz este autor (1999, p. 17): “O marxismo serviu-lhes para expressar o que já pensavam”.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o marxismo chega à América Latina de forma não ordenada, dispersa e, por vezes, sobreposto à experiências anteriores, ou mesmo simultâneas, de orientação anarquista, anarco-sindicalista e socialista; estas últimas, em sua maioria, vinculadas à social-democracia da II Internacional. Não se percebe, neste momento, qualquer esforço de coordenação entre as várias manifestações observadas, seja as relativas à prática política, ou aquelas relativas à produção teórica.

Pode-se conjecturar, assim, que as dificuldades, apontadas por Casanova, com relação à difusão do marxismo na Europa, tenham se reproduzido, talvez de forma ampliada, na recepção do pensamento marxista na América Latina. Ainda segundo Casanova (1999, p.18),

“... no final do século XIX e início do século XX, o marxismo era mal conhecido, inclusive nos países e regiões da América Latina onde mais se haviam desenvolvido as relações de produção capitalistas, como na Argentina, México ou Brasil”

De fato, a dificuldade teórica na compreensão do marxismo, que caracteriza a recepção do marxismo na América Latina, é refletida nas análises que procuravam aplicar a categorização marxista no entendimento de uma realidade tão singular e tão diversificada como a latino-americana.

A primeira experiência observada na América Latina, foi aquela dos partidos de orientação socialista que, alinhados à II Internacional, foram formados na passagem do século XIX para o século XX: o Partido Socialista

Argentino, de 1896, o Partido Socialista Uruguaio, de 1910 e o Partido dos Trabalhadores Socialistas do Chile, de 1912.

Uma primeira geração de pensadores se forma e se desenvolve na América Latina em torno dessas primeiras experiências partidárias. De forma geral, apesar de promoverem as primeiras traduções e publicações de obras de Marx e Engels, não são pensadores caracterizados como propriamente marxistas; carregam contradições inerentes a esse momento de recepção do marxismo e de sua sobreposição a outras orientações. José Aricó (1987, p. 424), diz:

O paradoxo do socialismo latino-americano consistia no fato de que, agindo numa realidade diferente da europeia, seus esforços para aplicar em nosso ambiente as orientações fundamentais do marxismo canonizado pela Segunda Internacional apresentavam efeitos contraditórios, dos quais, porém, não se tinha consciência.

Não obstante essas importantes iniciativas, as primeiras tentativas significativas de análise marxista da realidade latino-americana, base para uma atuação política consistente, acontecem com o surgimento da corrente propriamente comunista. O surgimento dos partidos comunistas na América Latina se dá a partir de duas fontes: a dos Partidos Socialistas que se alinham à Revolução de 1917 (Argentina, 1918; Uruguai, 1920; Chile, 1922) e os agrupamentos anarquistas que aderem ao marxismo (México, 1919; Brasil, 1922).

Os partidos comunistas na América Latina, assim como na Europa, foram fundados, aproximadamente, no mesmo período. Isso decorre da Revolução Russa de 1917 e, mais particularmente, das resoluções da III Internacional, convocada por Lenin em 1919 que, entre outros pontos, orientava, como visto, sobre a criação de partidos comunistas em todo o mundo. A particularidade europeia está no fato de que os Partidos Comunistas têm como origem, agrupamentos marxistas bem mais antigos que os latino-americanos.

A Periodização do pensamento marxista na América Latina desde sua recepção, nos finais do século XIX, revela como é percebido seu desenvolvimento, tanto o relativo à compreensão teórica das sociedades latino-

americanas, como aquele relativo às práticas políticas ao longo desse período de pouco mais de um século. Evidentemente, não há consenso entre os atores que se propõem a identificar os diferentes períodos dessa evolução.

Michael Löwy (2012, p. 9-63) segmenta a história do marxismo na América Latina em três períodos, além daquele referente à formação dos partidos socialistas na última década do século XIX e primeira do século XX.

O primeiro é àquele que abrange, basicamente, os anos de 1920 até meados dos anos 1930. É um marxismo revolucionário; a natureza da transformação proposta é fundamentalmente socialista, apesar de elementos como democracia e anti-imperialismo estarem presentes. “Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e anti-imperialista.

A obra de Mariátegui e a Insurreição salvadorenha de 1932, são os principais ícones desse período. A contribuição de Mariátegui, notoriamente, extrapola em muito a função de representação desse primeiro período; nas palavras de André Kaysel (2012, p. 53):

Jose Carlos Mariátegui (1894-1930), cuja apropriação do materialismo histórico como método crítico para apreender o real teria lhe possibilitado produzir interpretações originais das realidades de seu país e da região. Mais do que isso, creio que se possa dizer que há um consenso de que Mariátegui foi o principal autor marxista de toda a América Latina.

O segundo período é, justamente, o período no qual os Partidos Comunistas detêm a hegemonia do pensamento de esquerda; vai de meados dos anos 1930 até 1959. É nominado como *período stalinista*, no qual a interpretação soviética de marxismo e a decorrente proposta de ação para a América Latina segue a orientação, já vista, do Bureau Sul-Americana da III Internacional Comunista, qual seja: para a América Latina avançar em direção ao socialismo, era imperativo uma revolução de caráter liberal-burguês; só então, a perspectiva para uma transformação de caráter socialista poderia ser colocada. O terceiro período é o da diversificação e revitalização do pensamento

marxista, já liberto das limitações presentes no período anterior. É um período em que a produção teórica e a prática revolucionária são intensas e extremamente ricas.

Com relação aos Partidos Comunistas latino-americanos, hegemônicos no segundo período, eles são formados ainda no primeiro período, de acordo com as orientações da III Internacional. Segundo Claudia Wasserman (2010, p. 26):

A Revolução Russa inspirou a formação dos partidos comunistas do México (1919), de Cuba (1925), do Brasil (1922), da Bolívia (1928), do Panamá (1930) e da Venezuela (1931), que tiveram origem em organizações anarquistas ou foram frutos da cisão com os partidos socialistas já existentes e filiados à II Internacional Socialista, como a Argentina (1896) ou o Chile (1912).

A autora não cita, mas, pela sua relevância, é importante registrar que o Partido Comunista do Uruguai é fundado em 1920, como dissidência do Partido Socialista, fundado em 1910, aderindo à III Internacional Comunista.

Evidentemente, com relação ao segundo período - importante referência para nosso estudo - a hegemonia da interpretação etapista não significa, sob nenhuma hipótese, a ausência de outras análises e de outras interpretações da realidade latino-americana. Exemplos de questionamentos à interpretação dominante, são dados por Löwy (2012, p. 12):

Um dos problemas que serviu como ponto de partida para o questionamento do modelo eurocêntrico (stalinista) foi a questão das etapas históricas do desenvolvimento econômico na América Latina. Ao analisar a estrutura das relações produtivas, vários investigadores marxistas das décadas de 1940 e 1950, como Caio Prado Junior, Sergio Bagú ou Marcelo Segall, negaram que as formações sociais latino-americanas tivessem sido originalmente versões locais do feudalismo europeu.

Também Fernando Novais (1986, p. 25), que, como visto na Introdução, entende o diálogo com a CEPAL como um divisor de águas para o pensamento marxista latino-americano, faz referência a autores que, escrevendo nos

períodos anteriores à revitalização, trazem em suas análises elementos próprios de um marxismo latino-americano renovado:

Há, não obstante, exceções inquietantes [relativas ao período anterior ao diálogo com a CEPAL] que se expressam na obra de José Carlos Mariátegui e, entre nós, de Caio Prado Jr., que são pensadores com as características da segunda fase, embora tenham escrito durante a vigência da primeira.

Assim, considerando-se a produção teórica de alguns importantes autores, observa-se que questionamentos à interpretação hegemônica eram realizados, mas é só a partir dos anos 1960 que estes questionamentos encontraram condições de se desenvolver como prática e ação política.

A periodização sugerida por Löwy incorpora plenamente a percepção do *período stalinista* – de meados dos anos 1930 até 1959 – como um período de obediência acrítica às orientações da III Internacional Comunista e que esse comportamento inibiu o desenvolvimento, tanto o teórico, como o da prática política do movimento comunista. Como já observado, essa interpretação é questionada por diversos autores.

Claudia Wasserman entende que outros fatores, além das orientações da III Internacional, devem ser considerados na análise das políticas empreendidas pelos partidos comunistas nesse período. Afirmando inicialmente que o “processo de stalinização teve uma absorção muito desigual entre os diversos militantes comunistas na América Latina” (2010, p. 27), a autora avança a própria repressão aos militantes comunistas a partir das tentativas de tomada de poder em El Salvador (1932) e no Brasil (1935) que, por si só - à exemplo do defendido por Coeva -, já denotariam um não alinhamento generalizado às diretrizes do Cominten. Outro ponto que, segundo Wasserman (2010, p. 28), contribuiu decisivamente para a limitação do movimento comunista na região foi, justamente, o sucesso do nacional-populismo, principalmente em países de maior industrialização: Argentina, Brasil e México:

Os movimentos populistas, multiclassistas e populares não repudiavam com tanta veemência o catolicismo e o liberalismo, e eram considerados pelas elites militares e oligárquicas como

uma alternativa menos perigosa do que o marxismo. Inclusive a maior parte dos operários e dos camponeses latino-americanos se mostrou muito mais disposta a seguir os partidos populistas ou até movimentos de direita, do que os partidos comunistas, satanizados pelas classes dominantes.

José Paulo Netto, no já referido texto “Nota sobre o marxismo na América Latina” (2018, p. 5-6), chama a atenção, inicialmente, para a grande penetração do marxismo junto à área cultural, justamente durante o *período stalinista*; este, aliás, é um dos argumentos utilizados por alguns autores para refutar a característica acrítica da adesão às propostas da III Internacional. Netto associa essa penetração e consolidação do marxismo na dimensão cultural das sociedades latino-americanas, a alguns fatores mundiais: fascismo europeu, guerra civil espanhola, Segunda Guerra mundial e o papel decisivo desempenhado pela União Soviética, Revolução Chinesa e às lutas anticolonialistas na Ásia e na África. Como fatores endógenos, Netto cita movimentos associados à modernização do capitalismo na região: industrialização, urbanização e migrações.

No entanto, apesar de chamar a atenção para a consolidação do marxismo na área cultural durante o *período stalinista*, Netto (2018, p. 6-7), não contemporiza com as interpretações e orientações *marxismo soviético* durante o este período:

É sabido que o “marxismo-leninismo” [soviético] não passou de uma degradação, vulgar e positivista, do legado de Marx, Engels e Lenin: frequentemente reduzido a um economicismo barato e/ou a um sociologismo mecanicista, em geral tratou-se de uma codificação escolástica da teoria social dos clássicos, que esterilizou boa parcela dos esforços de mais de uma geração de comunistas. Parte expressiva da produção dos marxistas latino-americanos foi domesticada e amesquinhada pelos cânones desse “marxismo-leninismo”, que se tornou uma espécie de senso-comum dos militantes comunistas e que, pelo menos até 1956, orientou a linha política dos partidos latino-americanos.

Como visto no item precedente, outro elemento fortemente presente no período do *marxismo soviético* foi a oposição entre as posições de Stalin e Trotsky. Desde o XV congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1927, esse embate marca a história do marxismo em todo o mundo

e a América Latina não é exceção. Apesar da hegemonia do *marxismo soviético*, o trotskismo representou, se não uma alternativa estruturada à prática política, um termo importante no confronto ideológico, estando presente, mesmo que difusamente, nas formulações que não concebiam as formações econômicas latino-americanas como formações pré-capitalistas e, assim, questionavam a estratégia da revolução em etapas. Segundo Löwy (2012, p. 35):

Por causa da sua visão de estratégia revolucionária, a corrente latino-americana inspirada pelas ideias de Trotsky se considerava continuadora das ideias do comunismo latino-americano da década de 1920, especialmente das ideias de Mariátegui, a cuja herança política os trotskistas recorriam frequentemente.

Desta forma, o período entre meados da década de 1930 e o final da década de 1950, foi marcado, na América Latina, pela hegemonia do *marxismo soviético*, sem que isso significasse, como dito, a ausência de outras manifestações. Os agrupamentos trotskistas e a obra de autores maiores (Mariátegui, Caio Prado Junior, Sergio Bagú e Marcelo Segall) fizeram o fundamental contraponto ao *hegemon* e, nas décadas de 1960 e 1970, o marxismo latino-americano experimentará novas movimentações.

Capítulo 2

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

No período compreendido entre a Grande Depressão, no início dos anos 1930, e a fase final da Segunda Guerra, em 1944/45, questões de diferentes ordens se colocaram e se conjugaram, contribuindo para a configuração do mundo sob domínio estadunidense. Uma dessas questões foi derivada da geopolítica: era fundamental recuperar-se, no menor prazo possível, as economias europeias ocidentais e japonesa, destruídas pela guerra, já que constituiriam, juntamente aos Estados Unidos, e durante toda a guerra fria, a tríade de sustentação do “mundo ocidental”.

O liberalismo neoclássico experimenta grande desgaste, desde e a Grande Depressão, pelo questionamento a suas premissas que perdem poder explicativo frente a crise e, assim, gradativamente, deixa de inspirar e de ocupar postos com poder de implementação de políticas econômicas nacionais. O mundo adere ao keynesiano; a participação do estado no sistema econômico é entendida como fundamental para a manutenção do equilíbrio e indução do crescimento e desenvolvimento.

Assim, inerente à resposta à essa questão - a de uma rápida recuperação da Europa ocidental e do Japão -, está o aspecto intervencionista do estado na economia, ou seja, o estado deve funcionar como sujeito dessa recuperação; comportamento este que se opõe frontalmente aos, então questionados, pressupostos liberais. Assim, observa Fernanda Cardoso (2018, p.18)

A visão Laissez-faire supunha um caráter automático, natural e equilibrado da retomada e sustentação dos processos de crescimento e desenvolvimento, desde que fossem adotadas políticas externas condizentes com a liberalização do fluxo de capitais, bens e serviços, combinadas a políticas monetária e fiscal ditas prudentes, com o intuito principal de garantir a estabilidade macroeconômica. Sob a visão liberal, o mercado disporia de mecanismos automáticos de estabilização que recolocariam os sistemas econômicos na trajetória de crescimento e desenvolvimento.

Outra questão observada, na mesma direção da anterior, é a de que, após a primeira guerra, e em função da iminência de um segundo conflito armado, a utilização do planejamento econômico mostrou-se decisivo. Associado às economias socialistas - “O planejamento, como modo sistemático de orientação de uma economia em escala nacional, surgiu na União Soviética no fim da década de 1920” -, (MIGLIOLI, 1982, p. 7), o planejamento passa a ser largamente utilizado por diversos países na preparação da guerra, alocando recursos e otimizando esforços e, no período pós conflito, está plenamente integrado às políticas de recuperação e crescimento econômico, sendo largamente utilizadas as técnicas de pesquisa operacional. O planejamento, como instrumento de orientação de uma economia, pode ser entendido, assim, como uma intervenção contínua do Estado na economia. Ainda segundo Miglioli (1982, p. 64):

Em consequência da guerra, muitos países da Europa ocidental estavam devastados; sua reconstrução exigia tanto esforço quanto o despendido durante o conflito. E essa reconstrução se apresentava como tarefa urgente em face de duas ameaças, que provinham de lados opostos: a revolução social, se as condições de vida não fossem rapidamente melhoradas, ou o completo domínio do capital americano, se as empresas nacionais desses países não fossem logo restauradas.

A reconstrução econômica desses países requeria uma vasta aplicação de capital em setores estratégicos (como energia, transporte, indústrias básicas) e a colocação desses setores sob a coordenação do Estado.

Assim, a resultante da conjugação das respostas à essas questões foi a aceitação, pelas economias capitalistas, de uma ação deliberada do estado em direção à recuperação, ao crescimento e ao desenvolvimento econômico. Delimita-se, então, a área que ficará conhecida como “economia do desenvolvimento”. Diversos autores começam a se dedicar a esse tema e a formular teorias sobre o desenvolvimento. Em 1984, Gerald Meier e Dudley Seers publicam a obra *Pionners in Development*⁷, na qual relacionam dez autores que, nas décadas de 1940 e 1950, iniciaram esse movimento; o único latino-americano da lista é Raúl Prebisch, mas, de alguma forma, alguns nomes da lista produziram conhecimento concernentes à América Latina: Albert

⁷ New York: Oxford University Press for the World Bank, 1984

Hirschman, economista alemão, com carreira feita nos Estados Unidos, era bastante próximo de temas relativos à América Latina como, por exemplo, a contraposição que assumiu com relação à teoria das vantagens comparativas, de Ricardo, tendo trabalhado, inclusive, durante alguns anos, na Colômbia. Hans Singer, também alemão, radicado na Inglaterra, contribuiu com a identificação e conceituação da tendência de deterioração dos termos de troca, compondo com Raúl Prebisch a tese, como ficou conhecida, “Singer-Prebisch”.

Não obstante essas importantes contribuições que abrangem a América Latina, pode-se inferir que um conjunto de pensadores, nascido e formado intelectualmente nos países centrais, fizesse, como decorrência de seu ponto de observação, sua análise com uma pré-determinada orientação teórica e de valores. Segundo Fernanda Cardoso (2018, p. 19)

Há que se observar que os pioneiros, em sua ampla maioria, formaram-se intelectualmente em centros anglo-saxões, o que lhes implicou resquícios de vieses teóricos da teoria econômica tradicional, além de uma perspectiva previsivelmente eurocêntrica, que colocava o modelo de civilização europeu como meta do desenvolvimento.

Desenvolvimento, em amplo entendimento, foi, de forma evidente, objeto de estudo nos períodos anteriores à delimitação dessa área de conhecimento específica, nos anos 1940 e 1950; o tema desenvolvimento está presente nas discussões econômicas, pelo menos, desde a Escola Clássica de pensamento econômico. Nas palavras de Pedro Cezar Dutra Fonseca (2015, p. 22):

Pode-se dizer que desenvolvimento, para se firmar como categoria teórica, pressupunha seu termo antitético: o não desenvolvimento, ou seja, a interrupção do crescimento e as crises. A possível existência de leis inerentes ao auto equilíbrio do sistema e seu oposto, as teorias de ciclo e crise, permearam o debate econômico do século XIX.

A questão desenvolvimento é, assim, bastante anterior à delimitação de sua área, conhecida, a partir dos anos 1940 e 1950, como “economia do

desenvolvimento”, ou de sua primeira vertente moderna, denominada hoje como clássica, composta pelos “Pioneiros”.

Outro aspecto a ser considerado na construção do conceito de *economia do desenvolvimento*, é aquele relativo ao referencial adotado para a análise e aplicação de suas propostas; de maneira geral, a economia do desenvolvimento, mesmo considerando-se toda a sua diversidade, é pensada, como “categoria teórica”, a partir e para uma economia capitalista; esse é seu limite de atuação, seu pressuposto fundamental. Esse aspecto faz com que, apesar de avanços recentes, praticamente todo instrumental de análise do nível de desenvolvimento de uma dada economia, seja voltado à aferição da magnitude do processo de acumulação.

Em contraposição a essa abordagem, está - ao menos como possibilidade - a construção marxista do conceito de desenvolvimento que, entendendo o capitalismo como um modo de produção formado historicamente, avança para além dessa temporalidade, pensando desenvolvimento a partir de categorias mais próximas à complexidade e totalidade das sociedades.

Retomando a construção do conceito de desenvolvimento, tem-se que, para se firmar como categoria de análise, contrapôs-se à interrupção do crescimento, ou seja, à crise: “O não desenvolvimento, passou inicialmente a ser visto como um problema associado a ‘atraso’; mais tarde, na década de 1950, como um fenômeno histórico e estrutural: o subdesenvolvimento” (FONSECA, 2015, p.23). Nesse momento, estabelecesse o conceito de “desenvolvimentismo” (2015, p. 39):

O desenvolvimentismo brotou como consciência do atraso e como busca de uma estratégia nacional para superá-lo: fenômeno, portanto, peculiar da própria América Latina – e de outros países “do resto” com problemática semelhante, para usar a expressão de Amsden, principalmente da Ásia e África, embora em período posterior, com a possível exceção do Japão.

[...]

De forma alguma pode ser entendido como uma ideia de fora que foi transplantada para a América Latina, mesmo com a ressalva de ter sido adaptada à sua realidade cultural, econômica ou social: não há caso de desenvolvimentismo,

teórico ou histórico, que tenha servido de modelo para tal cópia ou adaptação.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada em 1948⁸ e é uma das cinco comissões criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e está entre as três criadas no período imediatamente pós-guerra. Além da CEPAL, foram criadas em 1947, a Comissão Econômica para a Europa (UNECE) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico (ESCAP). As comissões para a África e Ásia Ocidental, foram criadas, respectivamente, em 1953 e 1973.

De acordo com Barbosa (2004, p. 176), “a criação das comissões econômicas das Nações Unidas aproveitou a experiência preexistente oriunda da Sociedade das Nações”. No início dos anos 1930, sob os efeitos da grande depressão, a Sociedade das Nações, criada em 1919 no Tratado de Versalhes, delibera a formação de uma comissão para, justamente, estudar as recorrentes crises do modo de produção capitalista com o objetivo de propor medidas anticíclicas. O responsável pelos trabalhos da comissão foi Gottfried Haberler que, segundo Bianchi (2003, p. 243), viria a ser, na década de 1950, um crítico das propostas cepalinas quanto ao desenvolvimento latino-americano.

A CEPAL tinha por missão, “o estudar” a América Latina, objetivando que o continente superasse sua condição de atraso. O economista argentino Raul Prebisch assume a secretaria geral da entidade em 1950, após um período como consultor. De orientação keynesiana - que, aliás, é adotada em todo o mundo ocidental com, inclusive, a reconstrução da Europa acontecendo de acordo com essas bases teóricas - os estudos da CEPAL, como visto, têm como premissa fundamental a de que o atraso das economias latino-americanas não pode ser entendido, tendo-se como parâmetro as economias desenvolvidas; o desafio colocado é compreender-se a especificidade dessa condição subdesenvolvida.

Prebisch e a produção cepalina são indissociáveis. Prebisch, em 1949, escreve o texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de

⁸ Em 1984, a CEPAL passa a denominar-se Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

seus problemas”, que Hirschman chamaria de “Manifesto latino-americano”; no mesmo ano, apresenta uma versão ligeiramente modificada do “Manifesto”, no texto “Estudio económico de América Latina” e, em 1950, produz o texto “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”. Segundo Bielschowsky (2018, p.48),

Esse conjunto de documentos já continha todos os elementos que passariam a figurar como a grande referência ideológica e analítica, verdadeiro programa de pesquisa e ação, para os desenvolvimentistas latino-americanos.

A produção cepalina se insere, de forma determinante, tanto no campo da teoria, como no da política econômica, no desenvolvimentismo, apresentando uma sistematização e estruturação do conhecimento relativo ao processo de desenvolvimento econômico, a partir de uma perspectiva latino-americana.

De acordo com Fonseca (2015, p. 8):

Desenvolvimentismo pertence à mesma família de termos como “ortodoxia”, “neoliberalismo” e “keynesianismo”, os quais servem para designar alternativamente duas coisas por certo indissociáveis, mas que não são exatamente o mesmo nem do ponto de vista epistemológico, nem da prática cotidiana: i) um fenômeno do “mundo material”, ou seja, um conjunto de práticas de política econômica propostas e/ou executadas pelos formuladores de políticas, isto é, fatos concretos ou medidas “reais” que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal; e ii) um fenômeno do “mundo do pensamento”, ou seja, um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo.

O alinhamento teórico das teses cepalinas à teoria keynesiana que, como visto, dominava o cenário econômico desde os anos 1930, é evidente. Dentre os pontos de coincidência, àquele fundamental, é o que diz respeito à crítica ao *laissez-faire*, à negação das premissas liberais neoclássicas e a defesa da intervenção estatal objetivando a indução ao desenvolvimento econômico.

Pedro Fonseca, em artigo publicado na Revista Brasileira de Economia (2000, p. 333) relativiza essa influência, apontando que a hegemonia da teoria keynesiana, particularmente no período pós-guerra, não é suficiente para configurar-se uma clara relação de influência:

... não se pode desprezar a influência de Keynes sobre os principais expoentes da CEPAL, mas há que se ponderar que esta é *apenas uma* das vertentes teóricas que confluíram para formar o chamado pensamento cepalino. Não há dúvidas de que, em largos traços, é possível associar pelo menos parte dos êxitos da difusão deste no pós-Segunda Guerra à hegemonia do keynesianismo então verificada, com a expansão do *welfare state*, das vitórias sociais-democráticas e das políticas fiscais ativas voltadas ao pleno emprego nos países do Primeiro Mundo. Entretanto, este ambiente mais amplo, pró-intervencionista e desenvolvimentista, é insuficiente para sustentar a relação entre Keynes e o pensamento cepalino de forma linear.

O autor entende, assim, que o keynesianismo teve influência limitada na construção do pensamento cepalino, indicando que parcela importante das teses defendidas pela CEPAL já existiam, de forma dispersa, na literatura econômica latino-americana. A defesa da industrialização, por meio intervencionismo estatal, críticas à especialização agrícola da região e à divisão internacional do trabalho estavam, entre outros pontos, já presentes na América Latina, incluindo-se aqui, alguns programas de governo. Fonseca também identifica a influência dos *pioneiros do desenvolvimento*, citando, nominalmente, três deles: Nurske, Singer e Myrdal. Além dessas, são referidas três outras fontes de inspiração às ideias cepalinas.

A primeira, denominada “liberalismo de exceção”, refere-se a trabalhos sobre o processo de industrialização, em que que pensadores liberais – ícones mesmo do liberalismo – como Adam Smith e Stuart Mill, foram apresentados como tendo defendido medidas protecionistas em momentos específicos, nos quais o liberalismo se mostrava incapaz de apresentar soluções. A obra básica utilizada por Fonseca nessas considerações foi “Pensamento industrial no Brasil

(1880-1945)”⁹, de Edgar Carone e, assim, à rigor, limita-se somente ao Brasil e não a América Latina como um todo.

A segunda fonte de inspiração para o estruturalismo latino-americano, ainda de acordo com Fonseca (2000, p. 344-346), foi a de autores positivistas, particularmente Auguste Comte (1798-1857), cujas teses não só admitiam, mas defendiam a intervenção estatal/ governamental como forma de buscar o desenvolvimento: “Do ponto de vista da economia, suas teses têm importância não só por admitirem ideologicamente certo intervencionismo, mas por enfatizar que cabia aos governantes executarem ações para que se alcançasse o progresso” (FONSECA, 2000, p. 345).

A última inspiração do pensamento cepalino foi a do economista Friedrich List (1789-1846), economista alemão conhecido, de forma notória, pela sua defesa do protecionismo. Fonseca identifica na obra de List semelhanças com as propostas cepalinas, defesa das economias nacionais, necessidade de incentivos à industrialização e “a deterioração dos termos de intercambio resultante da especialização agrícola da nação” (FONSECA, 2000, p. 348).

Outra referência, mais ampla e direta, à relação entre List e CEPAL é dada por Cristovam Buarque (1983, p. 26), na apresentação à obra “Sistema Nacional de Economia Política”, de List:

Isto [concepção de desenvolvimento de List], aliado às próprias políticas instrumentais formuladas por List, fazem o seu leitor pensar, a cada instante, nos textos da CEPAL, de Rostow, de Lewis, de Hirschman, de Prebisch, de Furtado, e outros teóricos do desenvolvimento que tentaram traduzir o pensamento de List diretamente para as condições dos países da América Latina, Ásia e África.

Uma produção da dimensão da realizada pela CEPAL - ampla, coesa e aplicada -, desenvolvida por intelectuais de diversas formações e vivências, é resultado de um sem-número de influências teóricas. As observações de Fonseca e Buarque, atentam para essa relação de continuidade na construção

⁹ Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1977.

do conhecimento. A principal característica do pensamento cepalino, talvez seja, a de, justamente, articulando essas diversas contribuições, ter criado um sistema original e incisivo sobre a economia latino-americana.

Octavio Rodriguez, em sua obra “Teoria do subdesenvolvimento da Cepal” (1981, p.16), apresenta quadro no qual relaciona diversas contribuições do pensamento cepalino à teoria econômica, sendo algumas consideradas fundamentais, e suas implicações no âmbito da política econômica. Abaixo, uma versão resumida do referido quadro.

QUADRO 1 - COMPONENTES DO PENSAMENTO CEPALINO

Ambito da teoria econômica		Ambito de política econômica	
		Política de desenvolvimento	Política de relações econômicas internacionais
Contribuições teóricas fundamentais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A concepção do sistema centro-periferia. ▪ A teoria da deterioração dos termos de intercambio ▪ A interpretação do processo de industrialização 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condução deliberada do processo de industrialização ▪ Critério de alocação de recursos/ Planificação do desenvolvimento ▪ Papel do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção do mercado interno ▪ Integração latino-americana/ Financiamento externo/ Política anticíclica ▪ Assistência técnica
Outras contribuições teóricas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A teoria da inflação ▪ A análise dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão dos princípios e métodos da planificação. ▪ Acentuação do intervencionismo; reforma fiscal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política anticíclica e/ou compensatória de deterioração da relação de intercambio ▪ Exportação de manufaturas

fonte: Modificado de RODRIGUEZ, 1981, p.16

Para a CEPAL, como visto, é fundamental a utilização do conceito centro-periferia para a compreensão das economias latino-americanas; é a partir deste conceito que o subdesenvolvimento é percebido como fenômeno próprio; “o atraso não é um mero atraso”.

O modelo Clássico, ou Neoclássico, de Comércio Internacional que, em grandes linhas, prega que os países devem se especializar na produção daqueles produtos em que têm maior produtividade, comparativamente aos outros países, é fortemente criticada pelas análises cepalinas que identificam, como dito, na “deterioração dos termos de troca” uma das principais razões para

nosso atraso; daí a proposta de uma política de substituição das importações e a necessária indução da industrialização das nações periféricas. O pensamento cepalino foi largamente utilizado como base para políticas econômicas nesse sentido.

Vale notar, no entanto, que essa posição da CEPAL, relativa à teoria neoclássica do comércio internacional ou, em outras palavras, relativa à defesa da industrialização substitutiva das importações, não significava uma perspectiva contrária ao livre comércio. Como observa Márcio Bobik Braga (2008, p. 77), particularmente sobre Raul Prebisch:

Raúl Prebisch, ao contrário do que muitos pensam, jamais foi contra o livre comércio. O seu argumento centrava-se na estrutura produtiva estabelecida a partir de um sistema de divisão internacional do trabalho e os canais de transmissão do progresso técnico, favoráveis às economias industrializadas. Ao considerar esse sistema como prejudicial à América Latina, propôs a industrialização como alternativa. Mas a industrialização substitutiva de importações não seria o objetivo final das propostas, mas um passo anterior a um projeto maior: o aumento da participação da América Latina no comércio mundial de manufaturas.

Evidentemente, as proposições cepalinas são alvo de críticas de natureza e caráter distintos; desde as de Viner¹⁰, que refletem um entendimento liberal do sistema econômico, no qual o próprio sistema, por mecanismos inerentes, buscaria constantemente a máxima eficiência, sendo toda e qualquer interferência prejudicial a seu funcionamento, até críticas quanto à metodologia de análise como a do, também já citado, economista Gottfried Haberler que, de acordo com Bianchi (2003, p. 243), entendia que a análise de Prebisch estava baseada em “evidência empírica insuficiente, não havendo evidencia de que a tendência desfavorável nos termos de troca venha a prosseguir no futuro”

¹⁰ Jacob Viner (1892-1970); economista canadense, professor da Escola de Economia da Universidade de Chicago, notório centro de pensamento liberal.

Durante os seus mais de 70 anos de existência, a CEPAL não apresentou um pensamento uniforme ou, muito menos, único; diversos foram os seus ciclos e suas fases. O objetivo aqui, é o de apresentar algumas propostas de periodização do pensamento cepalino, e as fundamentações a elas associadas.

Octavio Rodriguez (1981, p.15), na Introdução de sua obra “Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL”, publicada em 1981, mas com vários capítulos redigidos no início dos anos 1970, ao apresentar a maneira como estruturou sua abordagem do tema, afirma que “o desenvolvimento analítico de todas as ideias econômicas que constituem a concepção originária (da CEPAL) culmina no final de 1950”. Na constituição desta “concepção originária”, Rodriguez considera a estruturação do sistema Centro – Periferia, a Teoria da deterioração dos termos de intercâmbio e a interpretação do processo de industrialização nas economias periféricas e vincula estes fundamentos analíticos às obras de Prebisch anteriores à CEPAL, entre 1932 e 1943 (RODRIGUEZ, 1981, p. 31). Rodriguez estabelece, assim, um importante ponto de inflexão na evolução pensamento cepalino; toda a inovação e criatividade pela qual a CEPAL passa a ser conhecida e reconhecida, até a atualidade, foram, segundo este autor, formuladas, aproximadamente, nos primeiros dez anos de existência da Comissão.

Em sua obra de 2009, “O Estruturalismo Latino - Americano”, Octavio Rodriguez (2009, p.61), estabelece uma ampla periodização do desenvolvimento do pensamento cepalino: de sua estruturação até o início do século XXI. Inicialmente, reafirma que corresponde aos anos 1950 toda a elaboração dos fundamentos do pensamento cepalino: sistema centro-periferia, industrialização periférica e deterioração dos termos de troca.

O segundo período considerado é o que abrange as décadas de 60 e 70; este período é caracterizado por Rodriguez (2009, p.27-33) como um período no qual a produção intelectual dos pesquisadores cepalinos ganha uma amplitude maior que a propriamente econômica e em que importantes eventos de ordem geopolítica redefinem o papel da América Latina. Apesar de, no âmbito econômico, as análises ganharem profundidade em alguns aspectos como, por exemplo, na compreensão do denominado “estrangulamento externo”, um limite

ao crescimento econômico determinado pelos sucessivos desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países periféricos, há no período um forte viés sociológico; um reconhecimento “que a incidência de fatores sociais acaba por inibir a continuidade do desenvolvimento” (2009, p. 28).

Como momentos maiores dessa relação entre desenvolvimento e a “incidência de fatores sociais”, diz Rodriguez (2009, p. 198-199):

Várias são as posturas compreendidas no enfoque que se convencionou chamar de “estilos de desenvolvimento”. Entretanto, em todas está presente um traço comum: o reconhecimento da possibilidade de dar curso a um desenvolvimento contínuo, desde que sejam aplicadas políticas adequadas, mas imbricando-as em outras políticas inscritas no âmbito social.

Desta forma, ainda segundo Rodriguez (2009, p. 199-200):

A noção de “desenvolvimento endógeno”, que sintetiza os pontos de vista estratégicos de Furtado, e que também tem em seu núcleo uma ideia genérica de mudança social. Entende Furtado que esse tipo de estratégia pode muito bem começar no âmbito sociopolítico: caberia ao Estado induzir mutações nesse âmbito (inclusive no que concerne às relações entre grupos e classes que o compõem), preparando o terreno para avançar com continuidade na transformação dos elementos tecno-produtivos que conformam a chamada “cultura material”.

Esta é a característica essencial desta segunda fase do pensamento cepalino, que abrange, como dito, os anos 1960 e 1970.

O período dos anos 1980 até o início do século XXI, é caracterizado por Rodriguez (2009, p. 491) como o período neoestruturalista:

“Por meio da consulta a múltiplos documentos, procurou-se detectar vínculos entre seus conteúdos e as contribuições prévias do estruturalismo. A inequívoca presença desses vínculos justifica considerar as contribuições como constitutivas de um ‘neoestruturalismo’”.

As décadas de 80 e 90 na América Latina são marcadas pela crise da dívida externa, com uma muito forte pressão sobre os Balanços de Pagamentos; todo esforço exportador não parecia suficiente para neutralizar a dimensão dos compromissos com a amortização e serviço da dívida. Simultaneamente, um, também muito forte, processo inflacionário desorganizava as economias nacionais.

Como orientação para as políticas econômicas, abandona-se o desenvolvimentismo alicerçado no estruturalismo/ keynesianismo cepalino, adotando-se um liberalismo – neoliberalismo – vinculado à ortodoxia econômica.

Ao caracterizar este período como neo-estruturalismo, Rodriguez (2009, p. 511) se apoia na produção de análises pela CEPAL que, no entanto, raramente incorrem em políticas econômicas. As contribuições do economista chileno Fernando Fajnzylber são citadas particularmente, uma vez que

“certas ideias-chave elaboradas por Fernando Fajnzylber durante a década de 1980 exercem uma influência muito significativa na conformação e posterior desenvolvimento desta visão neo-estruturalista relativa ao longo prazo”

A partir dos anos 1990, e especialmente nos primeiros anos deste século, “parece se configurar um empenho por reintegrar diversos aspectos dos fundamentos do estruturalismo, no concernente à interpretação do desenvolvimento a longo prazo e das estratégias destinadas a impulsioná-lo”. (RODRIGUEZ, 2006, p. 506)

Wilson Barbosa, por sua vez, em seu artigo, já citado, “Relembrando a Formação da CEPAL”, de 2004, apresenta o desenvolvimento das propostas da CEPAL numa perspectiva histórica que vincula as fases percorridas pelo pensamento cepalino, com as etapas do desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista e mais diretamente com o arcabouço teórico associado a cada um desses momentos.

Em grandes linhas, Barbosa percebe o período entre 1948-1973 como um período em que a CEPAL “deu inestimável contribuição para o processo de planejamento na América Latina”. (2004, p. 197). Para o autor, a crise iniciada em 1929 provoca uma ruptura na aliança entre os segmentos de classe que dominavam o cenário político-econômico da América Latina: de um lado, os latifundiários que produziam para a exportação e, de outro, uma burguesia comercial e financeira cujos interesses estavam vinculados à exportação e importação. Com a crise, impulsionou-se a industrialização que passa a representar um novo e importante elemento na conjugação dos interesses nessas sociedades; o planejamento – que será representado formalmente pela CEPAL, é elemento importante nesse momento. De acordo com Barbosa (2004, p. 180)

A preocupação central da CEPAL, em seus primeiros dez anos de existência, foi elaborar uma técnica conjunta multidisciplinar de abordagem do caráter específico do subdesenvolvimento latino-americano, utilizando essa pluralidade para enriquecer seus modelos keynesianos, que permitiam várias possíveis interpretações para desencadear o movimento expansivo.

Os anos 1950 presenciam um processo local - resultado da reorganização pós crise e pós-guerra, nominado por Barbosa como “Planejamento democrático” (2004, p. 180); os países que melhor tinham assimilado o capital industrial em suas composições, mais impulsionaram o processo de planejamento e, desta forma, mais próximos estiveram dos diagnósticos e políticas econômicas emanadas da CEPAL que, por sua vez, encarregou-se de expandir e” inter-relacionar os problemas da região” (2004, p. 182)

A década de 1960, apresenta quadro bem diverso da anterior: “as dificuldades maiores seriam advindas não da esfera técnica do planejamento, mas da erosão da vontade política, com um recuo dos diferentes governos – a maioria surgida de golpes de estado – da esfera pública nacional e da cooperação mercadológica regional”. (2004, p. 180). Nesse momento a CEPAL sofre uma reorientação em suas atividades: de planejamento para informação e divulgação.

A década de 1970, particularmente a partir de 1973, marca uma importante transformação no modo de produção capitalista e, como consequência, “as políticas que haviam gerado a CEPAL viram-se então fora de contexto” (2004, p.183). Nas palavras de Barbosa (2004, p. 183):

Sob a liderança de forças não-desenvolvimentistas, os países da região substituíram as políticas de crescimento pelas políticas de ajuste, renunciando à possibilidade de que fossem economias peculiares, distintas daquelas que haviam feito a revolução industrial clássica. Para isso, abandonaram os instrumentos de planejamento baseados nas políticas de crescimento do keynesianismo e adotaram os novos indicadores da economia financeira metropolitana, com sua proposta de ajuste para a globalização.

O autor não faz qualquer referência ao período posterior à década de 1970.

Em 1998, ao se comemorar os cinquenta anos da criação da CEPAL, Ricardo Bielschowsky organiza a publicação de textos relevantes produzidos ao longo deste período e, na introdução à essa coletânea, apresenta uma resenha destes cinquenta anos de pensamento. Nesta resenha, Bielschowsky (2000b, p. 17) apresenta uma sistematização do pensamento cepalino por cada uma das cinco décadas. De acordo com este autor, a sistematização é facilitada:

... pelo fato de que em todas as fases em que se pode subdividi-lo encontra-se o mesmo enfoque metodológico. O que vai-se alterando é a própria história real sobre a qual se debruça a análise, bem como o contexto ideológico no qual ela é gerada, obrigando-a permanentemente a adaptar ênfases e a renovar interpretações de modo a adaptar-se aos novos contextos.

A periodização apresentada pelo autor associa a cada uma das décadas uma característica histórica predominante que incorre em uma determinada proposta de política econômica:

Das origens aos anos 1950: Período caracterizado como criativo e ousado: “Os anos 1950 foram para a CEPAL os de auge da criatividade e da

capacidade de ousar e influenciar. Prebisch e ousadia intelectual são sinônimos na América Latina”. (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 25)

Sistema centro-periferia, deterioração dos termos de intercâmbio, processo de industrialização induzida pelo Estado, são os conceitos essenciais que sustentam as propostas para a década. O planejamento permeia todas as ações desenvolvidas que objetivam o desenvolvimento.

As transformações significativas no cenário pós-guerra da década de 1950, colocam à CEPAL, nos anos 1960, a necessidade de incorporar, ou ampliar, o escopo de suas análises e proposições: “O quadro exigia da CEPAL uma reorientação para incluir em seus trabalhos contribuições de natureza sociológica [...] muito são os textos oficiais da CEPAL naquele momento que analisam a evolução das sociedades latino-americanas” (BIELSCHOWSKY, 2000b, p.37-38)

Deste contexto decorrem as propostas de reforma agrária, como necessária à dinamização da economia; também deste contexto, viabiliza-se o desenvolvimento das teorias da dependência, nos vieses weberiano e marxista.

O período seguinte, anos 1970, é marcado, no plano econômico, pelo choque do petróleo em 1973 e o subsequente endividamento dos países e, no plano político, pelo golpe que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, também em 1973.

No âmbito econômico, de acordo com Bielschowsky (2000b, p. 45) “a novidade trazida pela crise internacional ao pensamento cepalino foi a de impor maior ênfase em análises macroeconômicas e na análise do endividamento e dos requisitos à diversificação das exportações,” e, na esfera política (2000b, p 46):

...não é necessário explicar as dificuldades frente ao golpe chileno. Entre 1973 e 1989, a sede da CEPAL no Chile perdia aquilo que havia sido até então um de seus principais ativos, o poder de convocatória da intelectualidade latino-americana. [...] além do problema chileno, a CEPAL enfrentava-se com a antipatia ostensiva de outras ditaduras.

Na década de 1980, o endividamento externo asfixia as economias latino-americanas e a ortodoxia econômica, hegemônica à época, aborda a questão pelas políticas de ajuste. As discussões no âmbito da CEPAL, deixam, pelo cenário adverso imperativo, de priorizar o desenvolvimento, para resistir às exigências do capital financeiros internacional (credores e Fundo Monetário Internacional) quanto ao caráter das políticas de ajuste.

Acompanhando os movimentos e transformações do modo de produção capitalista, a CEPAL, frente ao imenso crescimento da desigualdade no mundo que, na América Latina, ganha ares dramáticos, inicia os anos 1990 “com o enunciado da proposta da ‘Transformação produtiva com equidade’: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”. (BIELSCHOWSKY, 2000b, p.64)

A discussão e análise se dão, assim, em torno das “relações entre desenvolvimento, emprego e equidade” (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 65)

Sintetizando a periodização proposta por esses autores, pode-se entender que o período criativo e inovador do pensamento cepalino se concentra nos primeiros dez ou doze anos a partir de sua criação; de 1948 ao final dos anos 1950. Todos os três autores vistos têm esse ponto em comum. A CEPAL é conhecida e reconhecida por este período. Como criação intelectual, esta fase parece ter sido construída anteriormente à própria criação da CEPAL, pelos trabalhos de Raúl Prebisch. “Sistema centro-periferia”, “deterioração dos termos de troca” e “indução do processo de industrialização” são os conceitos que permitem imediata identificação do pensamento cepalino.

Dois dos três autores vistos, Rodriguez e Bielschowsky - aqueles que têm ou tiveram maior proximidade à produção cepalina -, reconhecem uma continuidade e pertinência da análise cepalina nas décadas seguintes, sempre acompanhando e procurando interferir nas condições objetivas apresentadas pela evolução dos sistemas econômicos latino-americanos e, justamente, por esse critério, segmentada.

O terceiro autor (Wilson Barbosa) reconhece a contribuição da CEPAL, com foco no planejamento, até o início da década de 1970, mais especificamente até 1973; momento de inflexão importante, tanto econômica, como politicamente no mundo e na América Latina. Na perspectiva desse autor, pode-se inferir, as forças que viabilizaram as análises e as propostas cepalinas, não mais se colocam como tais a partir de 1973.

Capítulo 3

A análise marxista latino-americana nas décadas de 1960/70

Como visto, o pensamento marxista latino-americano por, aproximadamente, três décadas, esteve condicionado às orientações da III Internacional Comunista que, pela premissa da necessidade da revolução liberal-burguesa, limitavam o desenvolvimento das análises sobre as economias latino-americanas; também como já visto, a subordinação ao Comintern nesse período foi predominante, mas, de forma evidente, não única; alguns pensadores posicionavam-se contrários a essa orientação, mas com pouca relevância na articulação das ações políticas. Nas décadas de 1960 e 1970, percebeu-se uma movimentação renovadora nas análises de orientação marxista na América Latina, sejam elas econômicas, sociais ou políticas. De acordo com José Paulo Netto (2012, p. 12):

Em poucas palavras: os partidos comunistas deixaram efetivamente de ter uma espécie de monopólio do marxismo, seja na divulgação, seja na utilização. Outras agências (movimentos sociais, universidades institutos de pesquisa etc.) passaram a intervir de modo novo na elaboração marxista. O resultado imediato desse processo foi uma notável renovação do marxismo no subcontinente.

Mas é fato que, em vários partidos, dirigentes e intelectuais formados no período anterior foram capazes de, em maior ou menor medida, contribuir para essa renovação.

Assim, a forma de organização e atuação política concebida por Lenin, de importância central no período da III Internacional Comunista, deixa de deter a quase exclusividade relativa à interpretação e à aplicação do pensamento marxista no subcontinente. Ainda nas palavras de Netto (2012, p. 14), “Definitivamente, desde finais da década de 1950 o marxismo tornou-se *polifônico* na América Latina”.

Não por acaso, a, talvez, mais estruturada proposta marxista desse período - a Teoria Marxista da Dependência (TMD) - tenha sua origem na conjugação da militância marxista com o meio acadêmico. A Teoria Marxista da Dependência tem sua história fortemente vinculada à formação da primeira

organização revolucionária marxista no Brasil - excetuando-se as organizações trotskistas - após a superação da fase do *marxismo soviético*: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), fundada em 1961 em São Paulo. Com representatividade geográfica apenas regional e baixa penetração junto ao operariado, a POLOP reúne acadêmicos militantes que, se contrapondo ao Partido Comunista, esboçam a Teoria Marxista da Dependência, a partir de influências teóricas de Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky. Esse grupo, formado basicamente por Vania Bambirra, Theotonio Dos Santos e Rui Mauro Marini, como decorrência do golpe de 1964 no Brasil, se exila no Chile e no México e, com isso, permitindo que a Teoria Marxista da Dependência continue a ser discutida e formulada e ganhe amplitude nas contribuições para sua estruturação. No Chile, esse grupo de pesquisadores se reúne em tona do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO) e, no México, no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Outra contribuição marxista associada à formulação da teoria, é àquela representada por Andre Gunder Frank, que emprega conceitos articulados por Paul Baran e Paul Sweezy, economistas marxistas estadunidenses, na década de 1950 e 1960.

Adicionalmente a esse quadro, há o desenvolvimento da chamada vertente weberiana da Teoria da Dependência que, desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970, p.7) propunha contribuir com o esclarecimento sobre ...

... as condições, possibilidade e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania.

Finalmente, completando o conjunto de vertentes da Teoria da Dependência, tem-se, justamente, a perspectiva cepalina que, como visto, entendia a dependência como função da forma de inserção internacional de determinada economia.

Retomando a vertente marxista tem-se que “Dialética da Dependência”, de Rui Mauro Marini, é a obra considerada estrutural nesta concepção, com seu autor sendo percebido, frequentemente, como o principal expoente do grupo formulador desta teoria. Publicada em 1973, “Dialética da Dependência” gerou intenso debate com Fernando Henrique Cardoso e Jose Serra, da vertente weberiana, que publicam, em 1978, no “Cadernos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)”, o texto “As desventuras da dialética da dependência”. Esse confronto evidenciou a fundamental diferença entre os horizontes inerentes cada uma das orientações de análise: uma enxergando a condição de dependência nos limites do capitalismo, e associado a ele, e outra, entendendo que esta superação só se viabilizaria com a superação do próprio modo de produção.

“A Dialética da Dependência” tem por objetivo, explicitado pelo próprio autor, contribuir com o entendimento do processo de formação e com os mecanismos de funcionamento das economias dependentes latino-americanas que, pela perspectiva e pelos referenciais de análise adotados, signifique um avanço em direção à elaboração de uma “teoria marxista da dependência”. (MARINI, 2000, p. 155)

Não por acaso, evidentemente, Marini começa a análise do tema Dependência, identificando dois tipos de desvios em que, segundo ele, incorrem os teóricos marxistas ao analisarem a dependência das economias latino-americanas; o primeiro é o rompimento entre o fato observado e o plano abstrato que lhe daria a sustentação teórica. Em função da incapacidade de as formulações teóricas acompanharem a dinâmica dos fenômenos que se propõem explicar, a relação, de duplo sentido, entre o concreto e o abstrato é rompida, implicando em “descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele”. (MARINI, 2000, p.105) O segundo desvio ocorre quando, frente à mesma dificuldade – incapacidade das formulações teóricas em acompanhar a dinâmica dos fenômenos – estes autores valem-se, simultaneamente, de outras abordagens teóricas, com a consequente perda de rigor metodológico e empobrecimento da perspectiva marxista de análise.

Desta forma, para Marini, as formulações teóricas ortodoxas são incapazes de, por si, explicarem a formação e funcionamento do caráter dependente das economias latino-americanas e são, em função desta incapacidade, a causa comum aos dois tipos de desvios nas análises marxistas do fenômeno. A razão desta incapacidade estaria na própria configuração e estrutura da formação capitalista latino-americana que, quando comparada ao modelo clássico do modo de produção capitalista, ora é percebida pela sua característica de insuficiência, ora pela da deformação. Decorreria daí, inclusive, a frequente presença do conceito de “Pré Capitalismo” nos estudos sobre as economias latino-americanas e que, mesmo ao referir-se às insuficiências de nosso desenvolvimento, jamais poderia relacionar esta insuficiência a um determinado estágio do desenvolvimento capitalista na América Latina: o capitalismo latino-americano apresenta, em relação ao modelo clássico, insuficiências e/ou deformações pelas suas particularidades e não pelo estágio de desenvolvimento, ou não-desenvolvimento, em que se encontra.

Marini conclui que, pelas particularidades em sua concepção e formação, a economia latino-americana é a de um “capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplarmos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2000, p. 106), sendo justamente as características desta forma particular do capitalismo latino-americano, a chave para a identificação e compreensão dos determinantes de sua formação e desenvolvimento.

Assim, identificado o objeto de estudo, Marini (2000, p. 108) passa a expor, didaticamente, sua análise da forma particular que o modo de produção capitalista adquiriu na América Latina, utilizando para isso a categorização e os determinantes marxistas para a interpretação de uma formação econômica.

“Colônia produtora de metais preciosos, num primeiro momento, contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria”.

A economia latino-americana, assim, desde seu início, tem seus movimentos alinhados e em função do, então incipiente, sistema capitalista.

A Dependência propriamente – entendida como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2000, p. 109) - só se dá quando, a partir da Revolução Industrial e do processo de independência dos países latino-americanos, se consolida a divisão internacional do trabalho, com a América Latina exportando bens primários e os centros do sistema, particularmente, ou principalmente, a Inglaterra, exportando bens manufaturados.

Mesmo que tenha desempenhado um papel importante no processo de consolidação do sistema capitalista nas economias europeias, a América Latina tem sua contribuição fundamental a este processo quando do surgimento da grande indústria: “A criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional”. (MARINI, 2000, p. 111)

Marini coloca como condição necessária à especialização na atividade manufatureira, ocorrida nas economias centrais, o fornecimento externo de produtos agropecuários, ou seja, a subsistência da população cada vez mais urbana, que serve à grande indústria, não é mais possível de ser conseguida internamente. Em um segundo momento, também o fornecimento de matéria-prima para a indústria deve ser buscado externamente, já que, pelo grande ganho de produtividade observado, a produção cresce proporcionalmente mais que o contingente de operários empregados. É justamente respondendo a estas duas funções que a América Latina se insere na economia capitalista internacional e tem seu papel, ou condição dependente, claramente estabelecida. Marini faz uma clara distinção entre a condição das economias latino-americanas no período colonial e a da dependência; mesmo tendo uma forte relação de continuidade, a dependência representa uma mudança de qualidade, e não apenas de forma, em relação à condição colonial.

A contribuição das economias latino-americanas à atividade industrial europeia não se restringe, no entanto, à função de fornecedora - quer de produtos alimentícios, quer de matéria-prima – que unicamente responde à

demanda das economias centrais; ao contrário, é uma contribuição fundamental à própria transformação do modo de produção capitalista. A economia latino-americana contribui decisivamente para o salto representado pela extração da mais-valia relativa, em relação à mais-valia absoluta, no curso do desenvolvimento da acumulação capitalista. A questão que se coloca neste momento é: como se deu este processo?

Neste ponto de sua exposição, Marini dá atenção aos conceitos de produtividade e mais-valia relativa, indicando que a contribuição dada pelas economias latino-americanas ao processo de desenvolvimento da mais-valia relativa nas economias centrais, foi, obrigatoriamente, no sentido de uma desvalorização dos bens-salário, ou seja, no sentido da redução do valor da mercadoria força de trabalho. Somente através deste mecanismo, a proporção existente entre o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e à parcela excedente de trabalho, pôde ser alterado; a produtividade, mesmo que associada a este processo, por si, não é capaz de alterar esta proporção; produz mais produtos no mesmo período, mas não altera a taxa de exploração do trabalho.

Assim, é através do barateamento dos meios de subsistência dos trabalhadores – nos quais os alimentos fornecidos pela América Latina participam de forma significativa - que as economias centrais obtêm uma diminuição no tempo necessário à reposição da força de trabalho e, como decorrência, melhoram - do ponto de vista capitalista – o ritmo da acumulação. Desta forma, a questão central da análise de Marini pode ser colocada nos seguintes termos: como as economias latino-americanas conseguem este barateamento nos alimentos fornecidos às economias europeias?

No plano do comércio internacional, este mecanismo – barateamento dos bens-salário – também é evidenciado; a deterioração dos termos de troca (frente à estabilidade no preço dos manufaturados) reforça e delimita a questão central, conforme colocada por Marini, na dimensão interna das economias latino-americanas; desta forma, é na dinâmica interna destas economias que devem ser encontradas as razões que possibilitaram o barateamento na oferta de bens primários.

A alternativa que vincula este barateamento a uma desvalorização real, com base em ganhos de produtividade, deve ser descartada de imediato, uma vez que o processo é justamente o inverso: as economias latino-americanas possibilitam o desenvolvimento da mais-valia relativa nas economias centrais, mas sua dinâmica interna se dá com base na extração da mais-valia absoluta e na conseqüente baixa produtividade a ela associada.

A relação estabelecida internamente, e que explica esta aparente contradição entre uma maior e mais barata oferta de alimentos e um contexto de não-desenvolvimento da capacidade produtiva, é a da superexploração do trabalho, quer pelo aumento da intensidade do trabalho ou de sua jornada ou, até mesmo, pela remuneração da força de trabalho em níveis abaixo ao da subsistência e, assim, da própria reprodução da força de trabalho, ou seja, “a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho”. (MARINI, 2000, p.125)

É, assim, na superexploração do trabalho que se dá o processo de acumulação capitalista na América Latina; a contradição inerente a este mecanismo – o valor transferido deve ser compensado na própria produção - constitui-se no principal elemento para a compreensão do caráter dependente das economias latino-americanas.

A formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista dependente que, inclusive, implica, de forma imperativa, na mudança do regime de trabalho (o trabalho escravo, pelo salário-subsistência ser aproximadamente constante ao longo do tempo, não é propício ao regime de superexploração) cria seu próprio ciclo de circulação do capital produtivo. O ciclo do capital – que, na sua forma geral, opõe o capital ao trabalho, enquanto vendedor e comprador de mercadorias – na América Latina apresenta-se de maneira particular: por não estar vinculada à capacidade interna de consumo, dado que seu desenvolvimento se dá em função das necessidades de acumulação dos países industrializados, a produção e a circulação de mercadorias apresentam-se como dois momentos distintos, ou seja, o ciclo fundamental do processo de acumulação capitalista é, na América Latina, cindido.

Desta forma, vê-se, internamente, a compressão do consumo individual do trabalhador e, externamente, deslocado para as economias industrializadas, o segundo momento do ciclo de acumulação, com o retorno do capital à forma dinheiro. Este mecanismo evidencia uma maior complexidade que àquela da simples especialização das economias internacionais; na verdade, a dependência – em sentido amplo – acontece como função desta cisão entre produção – alicerçada na superexploração – e a realização do capital, só possível de ser concretizada externamente.

Neste momento de sua análise, Marini distingue duas esferas no ciclo do capital da América Latina: a primeira - a esfera baixa - representa, justamente, o ciclo estudado: o da superexploração do trabalho, no plano interno, e a realização do capital, no plano externo; a segunda esfera - a alta - é aquela criada pela expectativa de consumo existente internamente junto aos estratos não-produtivos (bens não-salários); estas expectativas, assim, devem ser satisfeitas pela importação de bens de consumo, já que a produção interna está voltada para os setores exportadores. A relação harmoniosa entre estas duas esferas reforça a falsa percepção de uma economia internacional calçada, parece que exclusivamente, em especializações naturais - vocações - das regiões envolvidas, dificultando a identificação da cisão existente no ciclo do capital latino-americano.

O processo de industrialização na América Latina reproduz, em sua fase inicial, o mesmo mecanismo observado na exportação de bens-salário, ou seja, o processo de acumulação continua a ser capitaneado pelo setor exportador de bens primários e a realização do capital continua a se dar no plano externo. Desta forma, o advento da industrialização, por si, não representou uma mudança de qualidade na condição e na forma da dependência nos países que a apresentaram.

O período entre guerras, no entanto, representa uma fase de transição do modo de produção capitalista que mudará a geografia, tanto econômica como política, de todo o mundo e implicará, também na América Latina, em importantes transformações. “É apenas quando a crise da economia capitalista internacional obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região”. (MARINI, 2000, p.136)

Assim, neste momento, a indústria nos países latino-americanos deixa de estar subordinada ao setor exportador de bens primários, passando a suprir o mercado interno de bens de consumo e, como decorrência importante, passa a representar o setor econômico que apresenta a maior taxa de acumulação.

Este movimento induz à percepção que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil havia como que corrigido seu desvio de rota e partiria, assim, para uma configuração mais próxima do desenvolvimento-padrão, já que o ciclo de realização do capital tinha seu eixo deslocado para o mercado interno, não mais ficando em função do setor exportador. Foi, inclusive, as características aparentes deste momento que proporcionaram a fundamentação teórica para as correntes de pensamento conhecidas como “desenvolvimentistas”.

No entanto, antes de representar a superação, quer de insuficiências, quer de deformações do capitalismo dependente, o processo de industrialização observado na América Latina aprofunda as características do modelo anterior, no qual o ciclo de realização do capital estaria cindido.

Nas economias centrais, o ciclo de realização do capital na esfera superior - aquela de bens não-salários - se dá de forma intimamente relacionada com o aumento da produtividade do trabalho, ou seja, de forma intimamente relacionada com a esfera inferior - aquela de bens-salário; é pela maior produtividade do trabalho que se torna possível uma maior demanda por bens não-salário. A industrialização da América Latina, por sua vez, acontece de forma diferente. A mudança qualitativa observada se dá a partir de restrições, de diversas ordens, à importação de bens; é, assim, para suprir esta demanda já existente – e não como resultado do processo de criação da demanda, como nas economias centrais – que o parque industrial da América Latina se transforma e passa, de fato, a representar o setor de maior taxa de acumulação no modo de produção capitalista latino-americano.

Em um primeiro momento, a indústria deve suprir tão somente aquela oferta interrompida pelas restrições às importações, ou seja, deve promover a oferta de bens não-salários. Como a oferta de mão-de-obra é grande - o setor exportador libera grandes contingentes de trabalhadores – e a produção

independe do custo de reprodução da mão-de-obra, a indústria reproduz, em uma nova configuração, a superexploração do trabalhador.

Esta reprodução da superexploração do trabalhador implica também na reprodução do modo de circulação correspondente. A questão colocada neste ponto é como, se a realização do capital já não acontece no plano externo, o modo de circulação, ou melhor, sua cisão, pode ser reproduzida? Para Marini, a cisão entre a produção e a realização do capital - característica da economia exportadora - dá lugar a cisão entre as esferas internas de circulação, ou seja, enquanto nas economias centrais, como visto, a esfera superior se desenvolve em estreita consonância com a esfera inferior, nas economias dependentes, estas esferas se mostram, de fato, independentes.

Para seguir o desenvolvimento verificado nas economias centrais, a industrialização latino-americana deveria ampliar-se de maneira significativa; de suprir somente bens não-salários (esfera superior) a suprir também a demanda por bens de consumo de caráter mais popular; demanda que, por sua vez, surgiria pelo próprio esgotamento do mercado de bens não-salários, ou seja, surgiria pela própria necessidade de expansão do capital.

Nas economias centrais - como as esferas de circulação não estavam cindidas - esta convergência aconteceu de forma razoavelmente harmônica e rápida. Nas economias dependentes, no entanto, este movimento não ocorreu, não houve o salto qualitativo no processo de acumulação capitalista, uma vez que a condição essencial a este salto é o ganho de produtividade do trabalho, possibilidade que não se coloca como alternativa no quadro da superexploração.

Desta forma, o mecanismo que, ao mesmo tempo, eleva a capacidade produtiva do trabalho e aprofunda a relação dependente existente, é o recurso à tecnologia externa.

Recuperando a fala de José Paulo Netto (2012, p.12), “Mas é fato que, em vários partidos, dirigentes e intelectuais formados no período anterior foram capazes de, em maior ou menor medida, contribuir para essa renovação”, tem-se que, a renovação do pensamento marxista também se verificou junto a

militantes formados no “período anterior” – stalinista – e, nesse sentido, cita como exemplos: Rodney Arismendi (1913-1989), secretário geral do Partido Comunista Uruguaio entre 1955 e 1989, autor de “A Revolução na América Latina”, antologia de textos escritos entre 1970 e 1974, e José Aricó (1931-1991), autor da obra “Marx e a América Latina”, publicada em 1980, e fundador da *Revista Pasado y presente*, editada em Córdoba, entre 1963 e 1965, que é substituída pela publicação *Cuadernos de Pasado y presente*, editada entre 1965 e 1973, também em Córdoba. A Revista *Passado y presente* e, posteriormente, *Cuadernos de Pasado y presente* foram publicações cuja edição foi estimulada pela publicação *Cuadernos de Cultura*, órgão do Partido Comunista argentino e editada por Héctor Agosti (1911-1984) entre 1951 e 1976 que, mesmo sendo um “órgão do partido comunista, sempre garantiu um espaço de crítica e elaboração cultural avançada”. (NETTO, 2012, p. 12-13). Agosti também foi responsável pela primeira tradução de Gramsci ao espanhol.

Nas palavras de Netto (2012, p. 13):

O trabalho de Agosti e, depois, o de *Pasado y presente*, introduzindo na reflexão e no debate a produção gramsciana, sinaliza uma característica que, desde então marcará o marxismo em todo o subcontinente: A abertura a novas interlocuções e a diálogos com inspirações teóricas situadas para além do “marxismo-leninismo”.

Dessa forma, a movimentação que contribuiu para a renovação do pensamento marxista, também contribuiu, para além daquelas diretamente representadas pelas novas organizações revolucionárias ou derivadas das próprias estruturas dos partidos comunistas, com a formação de um pensamento mais amplo e eclético na América Latina - as “novas interlocuções” -, basicamente, e em grandes linhas, relacionado à identidade latino-americana. Representando essa orientação, tem-se: Leopoldo Zea (1912-2004), do México e Aníbal Quijano (1928-2018), do Peru.

Leopoldo Zea foi professor de filosofia na Universidade Nacional Autônoma do México e fundador, em 1966, do Colégio de estudos da América Latina e, em 1978, do Centro de Estudos latino-americanos nesta mesma

Universidade tendo, inclusive, dado apoio a Rui Mauro Marini, quando este se encontrada exilado no México.

De sua imensa obra, destaca-se, no período considerado: *La filosofía americana como filosofía sin más* (1969), *Dependencia y liberación en la cultura latinoamericana* (1974) e *Filosofía de la historia americana* (1978). Leopoldo Zea, de acordo com a Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe (Sader; Jinkings, 2006, p. 1289), foi um “pensador preocupado com a identidade americana” e que teve ...

... seu período de maior significado para a filosofia latino-americana forjado entre as décadas de 1960 e 1970, no contexto das lutas de libertação nacional no terceiro mundo e nos delineamentos das teorias do subdesenvolvimento e da dependência. Zea defendia uma filosofia da libertação como caminho para a emancipação de nossos povos.

Finalmente, Jose Paulo Netto (2018, p. 17), observa que “na última fase da filosofia do mexicano Leopoldo Zea, a questão da dependência aparece expressamente. (*Dependencia y liberación en la cultura latinoamericana*, 1974)”.

Aníbal Quijano, por sua vez, foi um sociólogo peruano, conhecido pelo desenvolvimento do conceito *colonialidade do poder* e, apesar do desenvolvimento deste conceito ter se dado, primordialmente, a partir dos anos 1980, Quijano é referência importante para as perspectivas que se apresentaram a partir da renovação do pensamento marxista na América Latina e, essa condição, foi alcançada pelos estudos que desenvolveu sobre Mariátegui, por sua passagem pela Divisão de Assuntos Sociais da CEPAL, entre 1965 e 1971, e pelo seu exílio no México, em 1974, quando lecionou na UNAM, De acordo com Rubbo (2018, p. 393):

O início da trajetória acadêmica de Quijano coincide com a efervescência dos debates acerca da Teoria da Dependência. Nas décadas de 1960 e 1970, “época de ouro” das ciências sociais da América Latina, Quijano procurou analisar a *especificidade* socioeconômica, política e cultural do Peru. Tal como Mariátegui já indicava na década de 1920, o Peru não poderia ser tratado como objeto de análise isolado, como se fosse condenado a seguir o modelo europeu. Aos olhos de Quijano, fazia-se necessária uma alternativa à análise de crivo

evolucionista e às análises estrutural-funcionalistas. De fato, ao mover-se “dentro da órbita da civilização ocidental” (cf. Mariátegui, 1970a), o país tecia relações com o sistema capitalista internacional, mas dentro de uma simultaneidade de tempos históricos marcada pelo encontro entre tradições andinas e a modernidade europeia. Assim, a busca pela especificidade, unindo marxismo e investigação da realidade nacional, teria por resultado o enfraquecimento da perspectiva eurocêntrica nas ciências sociais e no âmbito das estratégias políticas.

Assim, pelo relato de Rubbo, vê-se que Aníbal Quijano inicia sua formação, justamente, no período de renovação do pensamento marxista latino-americano.

Capítulo 4

CEPAL e Análises Marxistas

Na perspectiva do objetivo colocado para este trabalho - o de identificar-se pontos de convergência e/ou relações de causalidade entre as análises e proposições marxistas e cepalinas -, confrontou-se o conjunto de autores e conceitos, formado por referências relativamente diversas, tanto do ponto de vista geográfico, como da formação acadêmica e da militância revolucionária, visto no Capítulo 3, com aspectos importantes do pensamento cepalino, vistos no capítulo 2. O exame dessa confrontação não tem a pretensão de ser exaustivo, quer com relação às análises marxistas, quer com relação às análises cepalinas, ambas, de forma evidente, com uma potência muito além do desenvolvido neste estudo.

Assim, um primeiro elemento, que pelo seu caráter fundamental se destaca, é justamente àquele relativo ao método e às categorias utilizadas por essas direções de investigação e que, de forma fundamental, suportam os respectivos exercícios de apreensão e síntese da dinâmica econômica das sociedades latino-americanas.

No prefácio à segunda edição de *O Capital*, discutindo com o leitor sobre o método de *O Capital* ou, mais especificamente, sobre a sua aplicação do método dialético em *O Capital*, Marx (1983, p. 20) diz:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Dessa forma, na perspectiva do método materialista-histórico-dialético, as categorias são delineadas ao longo do próprio processo investigativo - de mão dupla - entre o todo e as partes, entre o concreto e o abstrato, resultando em

uma expressão teórica que não é “a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx, 2011, p. 54).

Nas palavras do próprio Marx (2011, p. 54):

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação.

As categorias contribuem com o aprofundamento do conhecimento sobre uma dada realidade e não têm, necessariamente, um caráter permanente, ao contrário, são produtos históricos e, assim, temporais; sempre em movimento e em transformação. São flexíveis e se interpenetram, estabelecendo entre si relações de subordinação. As categorias, dessa forma, nascem do real, representando-o de forma abstrata para, no momento seguinte, voltarem ao real e transformarem-se.

De forma clara, quanto maior o nível de abstração, mais longevas serão as categorias, mas isso não determina uma independência do real; toda categoria, por mais alto que seja seu nível de abstração, mantém, necessariamente, seu vínculo com o real, com sua determinação histórica. De acordo com Marx (2011, p. 58):

... as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração-, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produtos de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.

Uma outra importante característica das categorias, na acepção marxista, é aquela que determina que as categorias utilizadas para a compreensão de formas de alta complexidade, também explicam as formas mais simples. Ainda nas palavras de Marx (2011, p. 58):

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas ... a economia burguesa fornece a

chave da economia antiga. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade.

Considerando-se essas categorias, amplas e basilares, as análises econômicas marxistas partem, essencialmente, do entendimento que a contradição fundamental do modo de produção capitalista é aquela entre o caráter social do trabalho e sua apropriação privada, na forma determinada pelo capitalismo. Essa contradição fundamental, e insuperável, no sentido de estabelecer-se como antagônica, manifesta-se, objetivamente, na luta de classes; nas palavras de Marx e Engels, que iniciam a primeira parte do Manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40).

O conjunto articulado dessas categorias constitui, assim, o referencial metodológico das análises marxistas. No momento da renovação dessas análises, a presença de alguma dessas categorias na análise realizada, sinalizava a própria renovação. Nesses casos, a contraposição era realizada não só com as análises originadas na CEPAL, mas com o próprio caráter das análises realizadas anteriormente, no campo marxista.

Como visto, a análise cepalina, por sua vez, é, de forma notória, muito associada à teoria keynesiana que, conforme já observado, alicerçava as políticas econômicas em todo o mundo ocidental desde o período entreguerras, com ênfase no pós-Segunda Guerra. Talvez, como corpo teórico coeso e articulado, o keynesianismo seja mesmo a principal influência na construção do arcabouço cepalino, nas suas interpretações e proposições que, inclusive, se apresentavam alinhadas ao keynesianismo quanto a uma característica definidora deste: o entendimento da função ativa, interventora mesmo, do Estado junto ao sistema econômico, como forma de buscar-se o desenvolvimento e a recuperação. No entanto, nas palavras de Celso Furtado, “o modelo keynesiano somente pode ser compreendido quando referido às economias capitalistas de mais avançada industrialização de sua época” (FURTADO, 2000, p. 97). Desta forma, pela originalidade e significado de sua produção, a CEPAL mostrou-se

bem maior que uma simples aplicação mecânica dos pressupostos keynesianos, referenciados nas economias centrais, para a América Latina.

Outra adjetivação fortemente associada à CEPAL, é aquela relativa a natureza estruturalista de suas análises, ou, mais precisamente, ao método de investigação associado à essa natureza estruturalista. Domingues e Fonseca (2021, p. 614), ao discutirem o método estruturalista latino-americano, lhe atribuem singularidade:

A rigor, caberia perguntar se há um *método estruturalista* em economia, entendendo-se este não como o estruturalismo consagrado na antropologia, mas outro homônimo, que teria aflorado na América Latina na década de 1950, especialmente sob a o impulso da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

Ainda segundo Domingues e Fonseca, os autores estruturalistas latino-americanos, não deixaram uma exposição clara sobre o método estruturalista e suas especificidades em relação a outros métodos. As exceções seriam o texto “Anexo Metodológico”, do livro “Teoria e política do desenvolvimento econômico”, de Celso Furtado, publicado em 1967, e a obra de Octavio Rodriguez, “O estruturalismo latino-americano”, de 2009.

Celso Furtado, no referido texto, discute os modelos aplicados à análise econômica para poder, com precisão, conceituar estrutura e, só então, chegar ao conceito de estruturalismo. Inicialmente, descreve de forma genérica um modelo linear com as respectivas relações estabelecidas entre as variáveis (funções) para, aí, definir matriz estrutural: “o conjunto de relações precisas entre as variáveis, constitui a *matriz estrutural* do modelo” (FURTADO, 2000, p. 93). A matriz estrutural se modificará sempre que houver alteração nos parâmetros estabelecidos (constantes na relação existente entre as variáveis), ou seja, sempre que valores considerados constantes se transformarem em variáveis, a complexidade e o poder explicativo do modelo aumentarão e, por esse processo, chagasse ao conceito de estrutura e estruturalismo, este último, à exemplo do já visto, também conceituado de forma singular. Diz Furtado (2010, p. 94-95)

É nesse sentido que se utiliza no texto o termo estrutura, o qual se aproxima da definição clássica de François Perroux: “Proportions et relations qui caractérisent un ensemble

économique localisé dans le temps et l'espace" (*Pour un approfondissement de la structure*, 1939). Os modelos representativos dos conjuntos econômicos complexos incluem, além das variáveis e parâmetros referidos, *dados* de comportamento sistemático ou não, que em um sentido amplo podem ser considerados como parte da matriz estrutural.

[...]

O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos cinquenta entre economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos "parâmetros não-econômicos" dos modelos macroeconômicos.

Domingues e Fonseca (2021, p. 631), caracterizam o método estruturalista exposto por Furtado, como um método histórico-dedutivo que se afasta do modelo hipotético-dedutivo, pela necessidade de contemplar-se, ao longo da análise econômica, outras variáveis de natureza não propriamente econômicas, tais como políticas, culturais e institucionais:

Em perspectiva histórica pode-se dizer que o texto [Anexo Metodológico] é bastante arrojado, pois, até então, tais variáveis [políticas, culturais e institucionais] eram geralmente elencadas como *coeteris paribus*, ou seja, os economistas reconheciam sua existência, mas as entendiam como fora de seu âmbito de investigação. Desse modo, é forçoso reconhecer a humildade inerente a esse ponto de vista, pois reconhece os limites da ciência econômica para compreender e prever a realidade histórica social dos países da América Latina, bem como a interlocução necessária com as demais ciências sociais.

Octavio Rodriguez, em sua obra "O estruturalismo Latino-Americano, dedica espaço importante para a discussão relativa ao "método cepalino", creditando conceitos centrais da discussão metodológica ao sociólogo Medina Echavarria, membro da CEPAL de 1952 a 1977.

A discussão é iniciada e conduzida pelo reconhecimento de um esforço para compreender-se o fenômeno do subdesenvolvimento e, após discorrer sobre as principais características econômicas dessas sociedades subdesenvolvidas, tanto as características relativas às estruturas de produção, como aquelas relativas às estruturas de ocupação, Rodrigues (2009, p. 46) conclui que a superação da condição de subdesenvolvimento está vinculada à

conquista do equilíbrio dinâmico, no qual as variáveis econômicas vão-se determinando de forma simultânea e combinada:

... o desenvolvimento consiste em uma dinâmica das estruturas da produção de bens e serviços e da ocupação da força de trabalho, isto é, em um conjunto de mudanças concomitantes e compatíveis na composição setorial e subsetorial dessas estruturas, que dão curso à sua expansão e complexização ordenada e contínua. Posto em outros termos, o desenvolvimento é visto analiticamente mediante o cumprimento de condições de equilíbrio dinâmico globais e setoriais, relativos tanto à produção quanto à ocupação.

Parte integrante deste equilíbrio, variáveis sociopolíticas e culturais dão amplitude e profundidade à análise das estruturas sociais, objetivando a superação da condição de subdesenvolvimento e, assim, permitem a continuidade e maior consistência a esse processo.

Subjacente à essa análise, de acordo com Rodriguez, está o método hipotético-dedutivo, que “consiste na elaboração de um paradigma referencial definidor de condições de equilíbrio, que como tais guardam coerência lógica” (RODRIGUEZ, 2000, p. 46). No entanto, para este autor, o método do estruturalismo latino-americano é simultaneamente, em relação ao hipotético-dedutivo, histórico-estrutural. Nesse ponto, Rodriguez (2009, p. 51) faz referência específica a Medina Echaverría:

O estreito elo entre o enfoque hipotético dedutivo e a perspectiva histórico-estrutural constitui um traço-chave da postura de Medina, que, na verdade os concebe como dois aspectos indissociáveis de um mesmo método. O enfoque hipotético-dedutivo se configura como o ponto de partida necessário dos esforços para perceber as especificidades do real por meio de sua indagação a partir da perspectiva histórica-estrutural.

Outros autores discorrem sobre o método estruturalista, mas essas reflexões estão inseridas em exposições cujos temas são mais amplos e, assim, não apresentam, pela delimitação temática, a profundidade apresentada pelos dois autores precedentes.

Ricardo Bielschowsky, ao ponderar sobre o método estruturalista, adota como ponto inicial da reflexão a própria CEPAL; reconhece o método cepalino como, por um lado, “essencialmente histórico e indutivo, e, por outro, uma

referência abstrato-teórica própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano”. (BIELSCHOWSKY, 2018, p. 49). Assim, para Bielschowsky (2018, p. 55), a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico na América Latina representa uma referência autônoma que se compõe com o método histórico-indutivo.

A riqueza do método cepalino reside, portanto, numa articulação muito fértil e promissora entre o método indutivo e a abstração teórica originalmente concebida por Prebisch. A oposição entre “periferia” e “centro”, que desempenhou um duplo papel analítico, ilustra muito bem esse ponto.

José Luiz Fiori reconhece “um parentesco indiscutível” (FIORI, 2018, p. 29) da teoria estruturalista e do método histórico-comparativo, com o pensamento pré-smithiano, nos séculos XVII e XVIII, e com a escola histórica alemã, no século XIX, particularmente com Schmoeler e List, este último já citado como autor que influenciara o pensamento cepalino. Assim, segundo Fiori (2018, p. 30):

... há uma enorme convergência entre os dois grupos do ponto de vista de suas concepções metodológicas. Em ambos, a preocupação com a coerência lógica e com proposições formalizadas é substituída pela descrição e interpretação dos fenômenos econômicos reais, em sua complexidade social e histórica”. Por isso os dois grupos investiram no conhecimento histórico-comparativo.

Dessa forma, ao aproximar-se do método histórico-comparativo, o estruturalismo latino-americano, estabeleceria semelhanças entre a forma de distintos fenômenos e, a partir disso, concluiria sobre sua origem comum. Da escola alemã, o estruturalismo compartilharia o entendimento da função do Estado como elemento catalizador do desenvolvimento, particularmente quanto a importância da industrialização.

Outro autor, que também reconhece a relação entre a teoria estruturalista e a escola histórica, de acordo com citação de Domingues e Fonseca (2021, p. 620), é Ha-Joon Chang:

Chang argumenta que a Escola Histórica e o Estruturalismo Latino-Americano possuem como núcleo comum a percepção de um atraso relativo, e a elaboração de estratégias para a

superação desse atraso, a partir do desenvolvimento das capacidades produtivas da nação ou da região, catalisariam os autores de ambas as escolas, convergindo seus pressupostos, preocupações teóricas e metodológicas de análise.

De acordo com CHANG¹¹, o núcleo comum seria a percepção de que “as economias atrasadas não podem se desenvolver se deixarem as coisas inteiramente por conta do mercado” (CHANG, 2015, p. 126 apud DOMINGUES; FONSECA, 2021, p. 620):

O “método cepalino”, pelo exposto, mostra-se de categorização não muito evidente. Ora é percebido como um método histórico-dedutivo, derivado do método hipotético-dedutivo, mas afastando-se deste pela incorporação de variáveis não propriamente econômicas, ora percebido como hipotético-dedutivo, mas aplicado simultaneamente ao método histórico-estrutural, ou ainda como histórico-indutivo associado a um referencial abstrato-teórico. Finalmente, visto como histórico comparativo, com fortes vínculos com a escola histórica alemã. Por outro lado, contrapõe-se, de forma clara, ao método hipotético-dedutivo utilizado pela escola neoclássica, que preconizava a possibilidade de um conhecimento absoluto da realidade econômica; um método a-histórico e atemporal, que apregoava uma neutralidade política-ideológica da ciência econômica.

Contrapondo-se o método materialista-histórico-dialético ao método cepalino-estruturalista, tem-se, como pontos de aproximação, justamente, a adoção de uma perspectiva histórica do subdesenvolvimento observado nas economias latino-americanas e, também, a incorporação de variáveis não econômicas no processo de apreensão do real. Sobre esta aproximação, diz Celso Furtado (2010, p. 96):

... os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas.

¹¹ CHANG, H. J. Economia: Modo de usar. São Paulo: Schwarcz, 2015.

O distanciamento entre as abordagens metodológicas, por sua vez, evidencia-se na categoria que expressa a relação entre o todo e as partes, exatamente na construção do conceito de totalidade, tão central para a análise marxista. A CEPAL, muito pelo seu caráter institucional, cuja produção é dirigida, fundamentalmente, aos formuladores de políticas públicas, mas também por seu método, que não realiza o exercício de decomposição e síntese, trabalha com totalidades que, na acepção marxista, são percebidas como superficiais e desordenadas; como exemplo, o conceito de estado que, na análise estruturalista, não é decomposto nas categorias classes sociais e nas relações geopolíticas internacionais estabelecidas, para além daquelas comerciais.

Outro ponto importante a ser avaliado na confrontação entre a análise cepalina e aquelas de caráter marxista, é o relativo ao processo de industrialização; de que forma esse processo é percebido pelas perspectivas de análises consideradas?

A crise de 1929 é tida como momento decisivo no processo de transição das economias latino-americanas. A grandiosidade da crise, potencializada pela questão cambial, cria as condições para que a estrutura produtiva de boa parte dos países da região, se transforme. As economias agroexportadoras se convertem em economias nas quais o setor industrial ganha relevância, com impactos importantes nas áreas social e política.

As novas forças surgidas ao longo desse processo, configuram um ambiente no qual se coloca a questão relativa aos caminhos para o desenvolvimento nos países latino-americanos. O pleno domínio do aparelho político-administrativo pelas oligarquias agrário-exportadoras, dá lugar aos regimes populistas que, representando o capital industrial ascendente, colocam na pauta nacional a discussão sobre o desenvolvimento. Vargas¹², no Brasil,

¹² Getúlio Vargas (1882-1954). Foi presidente do Brasil nos períodos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

Peron¹³, na Argentina e Cárdenas¹⁴, no México, são os principais expoentes desse momento.

Em pleno domínio do capital industrial inglês, a industrialização, desde o final dos anos 1920, é percebida na América Latina como referência de desenvolvimento e modernidade; significava que o mesmo caminho percorrido pelas grandes economias europeias, seria percorrido pelas nações latino-americanas. Nenhuma orientação de política econômica negava a industrialização como vetor para obter-se uma maior produtividade e crescimento nas economias nacionais; somente os liberais se opunham a esse processo, mas não propriamente com relação a industrialização em si, mas em relação à indução do processo de industrialização.

A compreensão do papel desempenhado pela atividade industrial na América Latina, foi, assim, aquele de identificação com o desenvolvimento. Essa identificação foi de tal ordem que os conceitos passaram a ser utilizados como sinônimos e adquirindo, desta forma, uma posição equidistante em relação ao seu significado social. De acordo com Sergio Silva (1983, p. 21-22):

O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é *somente* desenvolvimento das forças produtivas; é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas. [...] Não há desenvolvimento das forças produtivas, senão sob relações sociais dadas.

[...]

A noção de industrialização indica, portanto, a revolucionarização das forças produtivas pelas relações capitalistas

Mas, tal qual é empregada em um grande número de estudos, a noção de industrialização esconde o verdadeiro conteúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das forças produtivas.

Essa aparente neutralidade, reduz a industrialização a um objetivo que se encerra em si mesmo; abstrai-se desse processo toda essência relativa às relações sociais por ele determinadas. Apesar dessas características, a proposta

¹³ Juan Domingo Peron (1895-1974). Foi presidente da Argentina nos períodos de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974.

¹⁴ Lázaro Cárdenas del Rio (1895-1970). Foi presidente do México de 1934 a 1940.

de indução à industrialização, elaborada pela CEPAL, é plenamente aceita pelos partidos comunistas que, como visto, entendiam o desenvolvimento das forças produtivas - que seria potencializado pela indústria - como fator essencial para a evolução da burguesia nacional vinculada à atividade industrial, principalmente no papel de aliada na luta contra o latifúndio e o imperialismo, com o objetivo de realizar-se a revolução liberal-burguesa. A CEPAL, evidentemente, não utilizava essas categorias em suas análises, mas creditava a causa do subdesenvolvimento também a um elemento externo. Nas palavras de Lúcia Goldenstein (1994, p. 27):

Apesar da dificuldade de explicar certos assuntos decorrente do fato de ser ela um organismo internacional, a proposta da CEPAL é clara: uma política de industrialização deveria ser implementada pelo Estado juntamente com a burguesia industrial contra setores aliados dos países centrais, os exportadores tradicionais e os latifundiários, no que teriam apoio dos trabalhadores.

A relativização do processo de industrialização latino-americana, só se dará com a renovação do pensamento marxista nas décadas de 1960 e 1970. Como visto, até esse momento, as análises marxistas acompanhavam a percepção cepalina sobre a industrialização na América Latina, qual seja, de forma independente de seu significado frente à evolução do modo de produção capitalista.

A partir de então, o processo de industrialização latino-americano passa a ser compreendido, nas análises marxistas, como parte integrante da própria evolução da economia capitalista internacional e a ela subordinado. Nas palavras de Rui Mauro Marini, “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p, 47)

Marini (2000, p. 141), utilizando novas categorias para a análise desse processo, assim conceitua a industrialização dependente:

Partindo, então, do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz

também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, mesmo que de maneira modificada. Já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que opera, mas a *separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia*, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical.

Pelo exposto, evidencia-se que o entendimento do processo de industrialização latino-americano, entre a percepção cepalina e a dos marxistas ligados aos partidos comunistas, que estão sob a hegemonia da teoria da revolução por etapas, convergem. A interpretação desse processo, realizada pelo marxismo renovado, indica, por sua vez, uma ruptura com essa percepção comum.

Além de situar a industrialização na própria história do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional, o marxismo renovado também percebe a industrialização na América Latina como um elemento novo, com imenso potencial transformador e, nesse sentido há uma aproximação às formulações cepalinas, mantendo-se a distância em relação à orientação do *marxismo soviético*. É exemplar a fala de Aricó¹⁵, nos *Cuadernos Pasado y Presente* (1963, p.12 apud Melo; Marochi, 2020, p. 11), que observa de Córdoba, uma cidade industrial, essa transformação:

Se trata em resumen del surgimiento de un mundo hasta cierto punto nuevo, diferente, que exige ser penetrado em sus particulares rasgos distintivos para poder actuar eficazmente sobre él [...] Lo que de ninguna manera significa 'provincializar' su empeño, reducir su cuota de generalidad, ya que los fenómenos que observamos es la ciudad son parte de un proceso más vastas de modificaciones de la vida económica y social que comenzó a producirse en los preámbulos de la segunda guerra mundial.

Com relação à concepção do sistema centro-periferia, ponto central na formação da argumentação estruturalista, já que trata da própria condição de

¹⁵ ARICÓ, J. Pasado y presente. Cuadernos Pasado y Presente, n.1 p. 1-17, abr./jun. 1963.

atraso, pode-se afirmar que, na perspectiva cepalina, este atraso não decorre de uma questão temporal, ou seja, o fato das relações capitalistas de produção serem introduzidas tardiamente em determinadas economias, não se configuraria com a razão do atraso dessas economias. Segundo Rodriguez (2009, p. 81):

Os conceitos de centro e periferia contêm mais que essa simples ideia de diferenciação inicial; segundo se afirma, eles vão se conformando conforme e enquanto, nas áreas atrasadas, o progresso técnico só entra em exíguos setores de sua enorme população, pois geralmente não penetra a não ser ali onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias-primas a baixo custo, com destino aos grandes centros industriais.

Esse processo é nominado pela CEPAL como *desenvolvimento para fora*, já que todo ganho advindo da incorporação tecnológica, além de não ser minimamente partilhado por todos na sociedade periférica, é direcionado às economias centrais. O papel que o processo de industrialização desempenharia seria, frente a esse quadro, o de inverter o sentido do valor criado, ou seja, o sentido do desenvolvimento seria *para dentro*.

Adicionalmente, o *desenvolvimento para fora*, seria agravado, continuamente, pelo mecanismo de deterioração dos termos de troca que, ainda de acordo com Rodriguez (2009, p. 136), significa:

... uma “perda dos frutos do progresso técnico da periferia” ou uma “transferência dos frutos do progresso técnico da periferia para o centro”, expressões utilizadas nos documentos institucionais (e em outros da Cepal) para indicar que na periferia a renda real por habitante crescerá menos que a produtividade. Diz-se, desse modo, que a deterioração traz consigo uma “concentração dos frutos do progresso técnico nos centros”

A análise sobre as razões para a dicotomia centro/ periferia, ou, desenvolvimento/ subdesenvolvimento, realizada pelo marxismo renovado revela uma rejeição estrutural ao diagnóstico cepalino. A crítica se constrói a partir da observação de que a CEPAL, apesar de entender o subdesenvolvimento como formação histórica, tem como premissa fundamental, o entendimento do capitalismo como formação não-histórica; sua

investigação e planejamento tem como horizonte, uma sociedade capitalista desenvolvida.

Liberado das limitações impostas pela subordinação ao Cominten, o marxismo renovado utiliza, sem restrições, as categorias do método histórico-dialético; o capitalismo é analisado pela categoria totalidade e, assim, sua característica de formação histórico é ressaltada. O subdesenvolvimento somente será superado quando o próprio modo de produção for superado. O evolucionismo, inerente ao entendimento cepalino desse processo - também presente da teoria da revolução por etapas - é substituído pela temporalidade do sistema capitalista. “O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos do mesmo processo universal”. (DOS SANTOS, 2015, p. 27)

À exemplo da observação feita por Celso Furtado, relativamente ao método estruturalista ter incorporado aspecto do método marxista, Theotonio Dos Santos, diz (2015, p. 91):

Nas décadas de 1970 e 1980 há uma evolução muito importante de Raul Prebisch. Ao deixar a UNCTAD ele cria a revista CEPAL, em 1978, onde escreve um conjunto de ensaios que vai servir de base ao seu livro sobre o sistema econômico centro-periferia, no qual ele revisa grande parte do seu pensamento econômico. Essa revisão foi amplamente influenciada pela Teoria da Dependência.

Pelas observações de Furtado e Dos Santos, pode-se inferir que a influência entre as duas abordagens estudadas se deu, mesmo que de forma acanhada, em mão dupla.

A título de síntese, o quadro 2 apresenta os principais aspectos da confrontação vista entre a análise cepalina e a análise do marxismo renovado, destacando os pontos de aproximação e de distanciamento nos tópicos considerados:

QUADRO 2 - PENSAMENTO CEPALINO E MARXISMO RENOVADO

TEMA	CEPAL	MARXISMO RENOVADO	CONFRONTAÇÃO
Método/ Categorias	Histórico-Dedutivo/ Histórico-Estrutural.	Materialismo Histórico-Dialético.	Aproximação: perspectiva histórica na percepção do real; Distanciamento: conceito de Totalidade.
Processo de Industrialização	Processo de desenvolvimento socialmente neutro.	Desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas.	Aproximação: potência transformadora do processo; Distanciamento: relativização do processo.
Sistema Centro- Periferia	Subdesenvolvimento como construção histórica.	Subdesenvolvimento como resultado da própria evolução do capitalismo.	Aproximação: subdesenvolvimento como fenômeno histórico; Distanciamento: capitalismo como formação a-histórica.

fonte: Elaborado pelo autor

Conclusões

Pelo exposto, a “contribuição da CEPAL” às análises de caráter marxista na América Latina, no período de sua revitalização, deu-se por meio da crítica exercida, particularmente, em relação às razões para o estabelecimento do sistema centro-periferia e as alternativas para sua superação. A percepção de uma relação de dependência entre economias desiguais, estabelecida a partir de uma visão global do capitalismo, sem dúvida, foi estimulante para os marxistas que, até então, restringiam suas análises, entre outras limitações, ao nível local, de nação.

Assim, a partir do estabelecimento de uma interpretação inovadora e, em certo sentido, moderna, a CEPAL mostrou-se como um quadro referencial ideal - porque estruturado e coeso - para o marxismo construir sua análise de forma independente, tanto em relação à CEPAL, como - principalmente - em relação às análises até então realizadas pelo *marxismo soviético*. O domínio e aplicação do método materialista-histórico-dialético, permitiu, com propriedade, o caráter renovador do diagnóstico marxista. Não fosse o domínio da teoria e do método marxista, em sua gênese, os marxistas latino-americanos não teriam, talvez, percebido a CEPAL como possibilidade de avanço, pela crítica, na interpretação do capitalismo latino-americano.

Essas características do pensamento cepalino - inovação e coesão - aliadas à rejeição, e conseqüente distanciamento em relação ao pensamento liberal, e a sua atualidade frente ao capitalismo, permitiram que as análises cepalinas ocupassem um vazio deixado pela ausência das análises marxistas, de caráter conjuntural, mesmo durante as décadas de 1960 e 1970. Essa relação deve ter motivado Emir Sader (2019, p. 12) a afirmar, como visto na Introdução, que “Era como se o marxismo entregasse a tarefa de analisar a evolução do capitalismo brasileiro aos keynesianos”.

Complementarmente à contribuição ao desenvolvimento da análise marxista sobre o sistema econômico da América Latina, e inerente a ela, a CEPAL parece também contribuir em uma outra perspectiva fundamental: a da

percepção da América Latina em seu conjunto; como uma unidade, mesmo que, como descreveu Netto (2012, p. 2), como uma “unidade do diverso”.

Desde as guerras de independência, a América Latina não conhecia uma proposta que abarcasse todo o subcontinente. O *Manifesto Latino-americano*, de Prebisch, cuja primeira versão é de 1949, cumpre essa tarefa. Nas palavras de Alexandre de Freitas Barbosa (2012, p. 3):

Inventava-se a América Latina, uma região com especificidade histórica, decorrente de sua inserção no sistema internacional, mas agora dotadas de ferramentas de reflexão próprias e de um conjunto de novos instrumentos de política econômica adequados à sua realidade. Ao voltar-se sobre si mesma, a América Latina oferecia uma nova interpretação sobre o universal.

Não é por acaso, que simultaneamente ao renascimento do marxismo revolucionário, surjam autores como Zea e Quijano que, complementarmente às relações econômicas, mas de forma independente, estudem a questão identitária e da colonização como instrumento de poder e dominação; o pensamento decolonial.

Mesmo os partidos comunistas, que estavam abaixo de uma mesma orientação, não atuavam como um conjunto articulado; o *nacional* era o limite para os diagnósticos e para as ações políticas. Também não é por acaso, que o movimento comunista revolucionário da América Latina, promova em Cuba, em 1966, a partir da Conferência de Bandung, a reunião da Tricontinental que se desdobraria, no ano seguinte, na formação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), tão importante na decisão sobre a opção de luta de parte significativa das organizações e partidos marxistas revolucionários.

A contribuição da CEPAL ao pensamento marxista latino-americano, em sentido restrito, se dá, por meio de áreas de contato em temas comuns e pela possibilidade de estabelecer-se um diálogo entre essas diferentes concepções. Essa relação, no entanto, extrapola a dimensão econômica e mesmo a dimensão teórica marxista; de forma difusa, mas consistente, contribui para a construção da própria identidade da região.

Por outro lado, a análise marxista revitalizada apresenta uma potência e uma dinâmica que lhes são próprias, para além das contribuições cepalinas. Os elementos intrínsecos à teoria marxista que contribuíram de forma fundamental para essa renovação podem ser percebidos na utilização de uma mais ampla base de autores marxistas clássicos, com destaque para Rosa Luxemburgo e a análise do processo de acumulação nas economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, como evento único.

Também autores marxistas contemporâneos à fase de revitalização são incorporados à análise e contribuem, mesmo que indiretamente, para o diagnóstico da realidade latino-americana; Paul Sweezy e Paul Baran são, talvez, os dois maiores expoentes desse momento.

Finalmente, a polifonia a que se referiu Netto (2012, p. 14) é completada pela maior amplitude temática das análises marxistas, que ocupa espaços na área cultural e também com relação aos processos de dominação.

Referências

- ARICÓ, J. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional in HOBSBAWM, E. **História do Marxismo**. Volume 8 – O marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- BAMBIRRA, V. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.
- BARBOSA, W. N. Relembrando a Formação da CEPAL. **Revista Pesquisa e Debate** n. 26. São Paulo: EDUC, 2004.
- BENOIT, H. O Programa de Transição de Trotsky e a América. **Revista Crítica Marxista** nº 18. Campinas: Revan, 2004.
- BIANCHI, A.M. Para auditórios diferentes, diferentes argumentos: retórica econômica nos primórdios da escola latino-americana *in* **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica** – Ensaios sobre Metodologia em Economia. GALA, P.; REGO, M. (orgs). São Paulo: Editora 34, 2003.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro**; o ciclo econômico do desenvolvimento. 4ª ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.
- _____ (org) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – vol.1. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- _____ A trajetória histórica do pensamento da Cepal: 1948-1998, *in* BRANDÃO C.A. (org) **Teorias e Políticas do Desenvolvimento Latino-americano**, Rio de Janeiro, Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2018.
- BRAGA, M. Raul Prebisch e o Livre Comércio: as Origens do Pensamento Econômico estruturalista. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 7, n. 13, p. 76-99, 1 dez. 2008.
- CARDOSO, F. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. Jundiaí, Paco Editorial, 2018.e
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CARONE, E. As origens da III Internacional Comunista. **Revista Estudos de Sociologia**, ano 5, n.8, p.129-141. Araraquara: Unesp, 2000.
- _____ A internacional Comunista e as 21 condições. https://lainsignia.org/2003/febrero/cul_046.htm. 2003. Acesso em 29/07/2022.
- CLAUDÍN, F. **A Crise do Movimento Comunista** – volume 1 - a crise da internacional comunista. São Paulo: Global Editora, 1985.
- _____ **A Crise do Movimento Comunista** – volume 2 – o apogeu do stalinismo. São Paulo: Global Editora, 1985.

COUTINHO, M. C. Incursões Marxistas. **Revista Estudos Avançados** – USP nº 41, 2001.

CUEVA, A. A teoria marxista – categorias de base e problemas atuais. São Paulo: LavraPalavra, 2021.

DONGHI, T. H. **História da América Latina**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

DONGUI, T. H.; GLADE, W.; THORP, R. et al. **Historia económica de América Latina**. Barcelona: Editorial Critica, 2002.

DOMINGUES, F.S.; FONSECA, P.C.D. O método estruturalista: a economia reconhece seus limites. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 31 n.2 p.613-636, 2021.

DOS SANTOS, T. **Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas**. Obras Escolhidas. V.1. Florianópolis: Insular, 2015.

FIORI, J. L. As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina *in* **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2018

FONSECA, P.C.D. **Desenvolvimentismo: a construção de um conceito**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2015.

_____ As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, jul/set 2000.

FRANK, G. A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo. **Revista Brasiliense**, São Paulo, jan. /fev. 1964.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____ **A Economia Latino-Americana**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERMER, C. M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Revista Crítica Marxista**. n.29, p.75-95. Campinas: Unicamp, 2009.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBBSBAWM, E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979a.

_____ **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.

_____ **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KAREPOVS, D.; LEAL, M. Os Trotskismos no Brasil: 1966 – 2000 in RIDENTI, M. e REIS, D. A. (orgs.). **História do Marxismo no Brasil** Vol 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

KAYSEL, A. Nação e (ou) socialismo: Mariátegui, Haya de la Torre e a Internacional Comunista **Cadernos PROLAM/USP**, v. 11, n. 20, p. 52-71, 1 jun. 2012.

LAPA, J.R.A. (org). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.

LÖWY, M. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina in LÖWY, M. (org.) **O Marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____ **Dialética Revolucionária contra a Ideologia Burguesa do Progresso**. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo/ Petrópolis: Polis/ Vozes, 1984.

MANTEGA, G; Moraes, M. **A Economia Política Brasileira em questão**. São Paulo: Aparte, 1978.

MÁRQUEZ, G. G. La soledad de America Latina. http://nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1982/marques-lecture-sp.html. Acesso em 06/ AGO/ 2022.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____ **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____ **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010

_____ **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, C. E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINEZ, P. H. **A Dinâmica de um Pensamento Crítico – CAIO PRADO JR.** São Paulo: Edusp, 2008.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ **Subdesenvolvimento e revolução**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MELO, A.; MAROCHI, A. C. Renovação do marxismo na Argentina: José Aricó e a Revista Pasado y Presente. Revista HISTEDBR, V. 20, P. 1-17, Campinas, 2020.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo Tardio**. 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

MENDONÇA, M.G.; PIRES, M.C. (orgs). **Formação Econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE, 2012.

MIGLIOLI, J. **Introdução ao Planejamento Econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1982

NETTO, J. P. **Nota sobre o marxismo na América Latina**. 2012. <http://marxismo21.org>. Acesso em 24/ SET/ 2018.

NOVAIS, F. A. Caio Prado Junior na historiografia brasileira *in* MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (orgs.). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, C.A.B. **Processo de Industrialização** – do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Unicamp, 2003

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERICÁS, L. B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

PRADO JR. C. **Evolução Política do Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. **História Econômica do Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PREBISCH, R. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

REIS, D. A. Entre Reforma e revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. *in* RIDENTI, M. e DEL ROIO, M. (orgs.). **História do Marxismo no Brasil** Vol 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

REIS, D.A. **A Revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917**. São Paulo: Companhia da Letras, 2017a

_____. **Manifestos Vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa**. São Paulo: Companhia da Letras, 2017b

REIS, J. C. **As identidades do Brasil 1**. 9ª ed., Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RODRIGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROIO, M. D. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista** nº 18. Campinas: Revan, 2004.

RUBBO, D. A. Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui. **Revista Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados v. 32 n. 94. P. 391-409. São Paulo: IEA, 2018.

SAAD FILHO, A. **O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

SADER, E. Apresentação *in* ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SADER, E.; JINKINGS, I. (coords) **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

SADER, E.; SANTOS, T. dos (coords); MARTINS, C.E.; VALENCIA, A.S. (orgs). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SEGRILLO, A. O conceito de revolução permanente em Trotsky e Lenin. **Revista Tempos históricos**, v. 05/06, p. 239-254. Marechal Rodon: Unioeste, 2003/2004.

SILVA, L. O. Feudalismo, Capital Mercantil, Colonização in MORAES, J. Q. e DEL ROIO, M. (orgs.). **História do Marxismo no Brasil Vol 4**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

VIEIRA, V.L. **As constituições burguesas e seus limites contrarrevolucionários**. Revista Projeto História n. 30 p. 99-126. São Paulo: Educ, 2005

WASSERMAN, C. A esquerda na América Latina durante os séculos XX e XXI: Periodização e Debates. **Revista Diálogos**. v. 14, n.1. p. 19-38, 2010.

WILLIAMSON, E. **História da América Latina**. Lisboa: Edições 70, 2012.

ZAMBÓN, H. **Introducción al pensamiento económico**. Buenos Aires: Macchi, 2001